



Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Politécnico de Coimbra

A importância do Controlo Interno nas PME: Estudo de caso nas PME Excelência do distrito de Faro

Ana Carolina Trindade Parraça 

ISCAC | 2022



**Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração**

Politécnico de Coimbra

Ana Carolina Trindade Parraça

A importância do Controlo Interno nas PME Estudo de caso nas PME Excelência do distrito de Faro

Coimbra, novembro de 2022

[Folha deixada em branco propositadamente]



**Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração**

Politécnico de Coimbra

Ana Carolina Trindade Parraça

A importância do Controlo Interno nas PME
Estudo de caso nas PME Excelência do distrito de Faro

Dissertação submetida(o) ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Auditoria Empresarial e Pública** realizada sob a orientação da Professora Doutora Maria da Conceição da Costa Marques.

Coimbra, novembro de 2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta dissertação, em especial:

- À Professora Doutora Maria da Conceição da Costa Marques, por ter aceitado o desafio de me acompanhar neste percurso, pela sua disponibilidade e orientação e pelas suas críticas construtivas;

- À minha família, em especial aos meus pais que sempre acreditaram em mim e que sem eles a realização desta dissertação não teria sido possível e ao meu irmão por me transmitir sempre força e confiança;

- Ao João pelo apoio, compreensão e pela motivação nos momentos mais difíceis.

RESUMO

As PME estão expostas diariamente a novos riscos o que implica que tenham um sistema de controlo interno eficaz e adequado que lhes permita enfrentar novos desafios com respostas estratégicas e atempadas.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância do controlo interno nas PME. Considera-se pertinente analisar também a perceção das mesmas quanto à auditoria interna e ainda saber qual a sua opinião quanto ao contributo do controlo interno e da auditoria interna nos seus resultados.

Relativamente à metodologia adotada, optou-se pelo método quantitativo, através da elaboração de um inquérito por questionário. A população do presente estudo é constituída pelas PME Excelência 2020 do distrito de Faro.

Com base na análise das respostas ao questionário foi possível concluir que uma parte das PME Excelência tem perceção da importância do sistema de controlo interno e da existência de um departamento de auditoria interna e que algumas delas inclusive, já adotam estas ferramentas. Observou-se também que as PME acreditam no contributo do controlo interno para o sucesso empresarial, nomeadamente para a sua certificação de excelência.

Palavras-chave: Controlo Interno, Auditoria Interna, PME Excelência.

ABSTRACT

SME are exposed, daily, to new risks, which implies the existence of an effective and appropriate internal control system that enables them to face new challenges with strategic and timely responses.

In this sense, this study's overall objective is to analyse the importance of internal control in SMEs. In this matter, it is pertinent that an analysis regarding the SMEs' perception of internal auditing is conducted, knowing their opinion on the contribution of internal control and internal auditing on their results.

Regarding the adopted methodology, the quantitative method was chosen, through the preparation of a questionnaire survey. The population of this study consists of the SME Excellence 2020 of the district of Faro.

Based on the analysis of the questionnaire responses, it was possible to conclude that part of the SME Excelência has a perception of the importance of the internal control system and the existence of an internal audit department and some of the companies already adopt these procedures. It was also observed that SME believe in the contribution of internal control for business success, particularly for their excellence certification.

Keywords: Internal Control, Internal Audit, SME Excellence.

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|-----|
| ÍNDICE DE FIGURAS | ix |
| ÍNDICE DE GRÁFICOS | x |
| ÍNDICE DE TABELAS | xi |
| LISTA DE ABREVIATURAS | xii |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I - PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS | 3 |
| 1.1 Caraterização | 3 |
| 1.2 PME Líder | 7 |
| 1.3 PME Excelência | 8 |
| 1.3.1 Condições de Acesso | 10 |
| 1.3.2 Vantagens da Certificação de PME Excelência | 11 |
| 1.3.3 Evolução das PME Excelência- Portugal e Distrito de Faro | 12 |
| CAPÍTULO II – CONTROLO INTERNO | 14 |
| 2.1 Conceito e Objetivos do Controlo Interno | 14 |
| 2.2 Tipos de Controlo Interno | 16 |
| 2.3 Modelo COSO | 17 |
| 2.3.1 Internal Control - Integrated Framework | 17 |
| 2.3.2 Enterprise Risk Management - Integrated Framework | 19 |
| 2.4. Limitações do Controlo Interno | 21 |
| 2.5. A Importância do Controlo Interno nas PME | 22 |
| CAPÍTULO III – AUDITORIA INTERNA | 24 |
| 3.1 Conceito de Auditoria Interna | 24 |
| 3.2 Auditoria Interna na Avaliação do SCI | 25 |
| 3.3 Auditoria Interna na Gestão de Risco | 26 |
| CAPÍTULO IV – METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO | 28 |

| | | |
|---|--|-----------|
| 4.1 | Metodologias de Investigação..... | 28 |
| 4.2 | Problema e Objetivos do Estudo..... | 29 |
| 4.3 | Metodologia Adotada - Questionário..... | 30 |
| 4.4 | População e Amostra..... | 31 |
| 4.5 | Formulação das Hipóteses de Investigação..... | 32 |
| CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | | 33 |
| 5.1 | Análise dos Resultados Obtidos..... | 33 |
| 5.1.1 | Dados Sociodemográficos | 33 |
| 5.1.2 | Enquadramento das Respostas nas Hipóteses de Investigação..... | 35 |
| 5.1.3 | Conclusões do Estudo..... | 43 |
| CONCLUSÕES GERAIS..... | | 48 |
| RECOMENDAÇÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO | | 49 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | | 51 |
| APÊNDICE..... | | 55 |
| | Apêndice I - Questionário..... | 55 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Percentagem de SME existentes, de criação de emprego e valor acrescentado na União Europeia | 3 |
| Figura 2 - Representatividade das SME na União Europeia | 4 |
| Figura 3 - Estrutura tridimensional do COSO I..... | 18 |
| Figura 4 - Componentes do Controlo Interno segundo o COSO..... | 18 |
| Figura 5 – Modelo ERM do COSO | 20 |
| Figura 6 - Tipos de pesquisa..... | 28 |
| Figura 7 - Estrutura do questionário | 31 |
| Figura 8 - Hipóteses de investigação | 32 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Representatividade das SME em Portugal | 5 |
| Gráfico 2 - Evolução do n.º PME Líder entre 2008 e 2020 | 7 |
| Gráfico 3 - Distribuição por dimensão das PME Excelência em 2020..... | 8 |
| Gráfico 4 - Distribuição setorial das PME Excelência em 2020 | 9 |
| Gráfico 5 - Distribuição geográfica das PME Excelência em 2020 | 9 |
| Gráfico 6 - Evolução do n.º PME Excelência entre 2018 e 2020 em Portugal..... | 12 |
| Gráfico 7 - Evolução do n.º PME Excelência entre 2018 e 2020 no Distrito de Faro... | 13 |
| Gráfico 8 - Dimensão da empresa..... | 33 |
| Gráfico 9 - Setor de atividade | 34 |
| Gráfico 10 - Número de funcionários | 34 |
| Gráfico 11 - Volume de negócios | 35 |
| Gráfico 13 - Existência de manual de controlo interno | 36 |
| Gráfico 12 - Existência de procedimentos de controlo interno..... | 36 |
| Gráfico 14 - Influência do SCI nos resultados da empresa..... | 37 |
| Gráfico 15 – Conhecimento sobre o departamento de auditoria interna | 38 |
| Gráfico 16 - Existência de departamento de auditoria interna..... | 38 |
| Gráfico 17 - Influência do departamento de AI no sucesso da empresa..... | 39 |
| Gráfico 18 - Acompanhamento do órgão de gestão nos procedimentos | 40 |
| Gráfico 19 - Utilização de controlos preventivos ou detetivos..... | 40 |
| Gráfico 20 - Existência de ações corretivas quando são detetadas anomalias..... | 41 |
| Gráfico 21 - Comunicação das deficiências identificadas no CI..... | 41 |
| Gráfico 22 - Credibilidade no meio empresarial..... | 42 |
| Gráfico 23 - Contributo do SCI no alcance da certificação de excelência | 43 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Critérios para classificação de PME | 5 |
| Tabela 2 - Requisitos para o acesso a PME Excelência..... | 10 |
| Tabela 3 - Diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa..... | 29 |
| Tabela 4 - Enquadramento das questões do questionário em H1 | 35 |
| Tabela 5 - Enquadramento das questões do questionário em H2 | 37 |
| Tabela 6 - Enquadramento das questões do questionário em H3 | 39 |
| Tabela 7 - Enquadramento das questões do questionário em H4 | 42 |
| Tabela 8 - Correlação de Pearson | 44 |
| Tabela 9 - Correlação entre as questões de H1 | 44 |
| Tabela 10 - Correlação entre as questões de H2 | 45 |
| Tabela 11 - Correlação entre as questões de H4 | 46 |

LISTA DE ABREVIATURAS

AAA - American Accounting Association

AI - Auditoria Interna

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants

CI - Controlo Interno

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization

FEI - Financial Executives International

IAASB - International Auditing and Assurance Standards Board

IAPMEI - I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação

IFAC - International Federation of Accountants

IIA – The Institute of Internal Auditors

IMA - Institute of Management Accountants

IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna

ISA - International Standards on Auditing

PME - Pequenas e Médias Empresas

PWC - PriceWaterhouseCoopers

SCI - Sistema de Controlo Interno

SME - Small Medium Enterprises

INTRODUÇÃO

Num mercado altamente competitivo e em constante evolução é necessário que as empresas possuam uma estrutura interna forte para enfrentar os desafios a que estão expostas diariamente.

Em Portugal, as PME assumem um papel de grande importância no desenvolvimento da economia e embora estas tenham uma maior facilidade em se adaptar a novas mudanças, devido à sua dimensão mais reduzida, estão sujeitas a riscos diariamente que não devem ser desvalorizados. Torna-se necessário que haja uma gestão eficiente no acompanhamento do negócio de forma a atingir os objetivos pretendidos e a obter vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes. Assim é necessário definir estratégias para o cumprimento dos objetivos com os recursos disponíveis, da forma mais eficaz e eficiente.

A concretização destes objetivos está sujeita a riscos, mas é da responsabilidade do órgão de gestão definir o nível de risco que está disposto a aceitar e criar os mecanismos adequados para a sua prevenção.

A implementação adequada de sistemas de controlo interno permite reduzir esses riscos, ou até mesmo eliminá-los, contribuindo para o sucesso e desenvolvimento da empresa. O sistema de controlo interno a adotar dependerá de diversos fatores, entre eles, a dimensão e o setor em que a empresa se insere.

Contudo, o facto de existir um sistema de controlo interno competente e adequado não significa que a empresa esteja imune à ocorrência de irregularidades ou fraudes.

Para uma melhor atuação do controlo interno, é necessário que os procedimentos adotados sejam acompanhados e avaliados. Assim, surge a necessidade de abordar a Auditoria Interna que tem como objetivo analisar e avaliar os controlos implementados e ainda auxiliar a gestão na tomada de decisões baseadas em informações fidedignas de modo a evitar a ocorrência de erros ou procedimentos fraudulentos.

A presente dissertação teve como motivação o facto de o Controlo Interno ser um tema de elevada relevância no meio empresarial e de se acreditar na sua importância e influência. Uma vez que as PME são o motor da economia europeia considera-se importante estudar o impacto do Controlo Interno nestas empresas.

Desta forma, pretende-se com esta dissertação perceber se são adotados procedimentos de Controlo Interno nas PME Excelência do distrito de Faro e qual a importância dada a este tema.

Este trabalho encontra-se dividido em 5 capítulos, excluindo a introdução e a conclusão do estudo.

O primeiro capítulo caracteriza as PME existentes na União Europeia com destaque em Portugal relativamente à sua representatividade. Aborda ainda as certificações de PME Líder e PME Excelência, dando maior ênfase a esta última.

O segundo capítulo refere o foco principal deste trabalho, o Controlo Interno. Menciona o seu conceito, tipos, objetivos, componentes e ainda algumas limitações. Explana ainda a importância que o Controlo Interno tem nas PME, realçando algumas vantagens.

O terceiro capítulo faz referência à Auditoria Interna, nomeadamente ao seu conceito e objetivos e ainda ao comportamento da mesma na avaliação do Sistema de Controlo Interno e na gestão de risco.

No quarto capítulo é abordada a metodologia deste trabalho. Consiste na escolha da metodologia, na caracterização da população e amostra e ainda na apresentação das hipóteses de investigação. Por último neste ponto são também apresentadas as respostas ao questionário.

O quinto capítulo apresenta os resultados e conclusões gerais, bem como algumas limitações ao estudo e ainda possíveis ideias para investigações futuras.

CAPÍTULO I - PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

1.1 Caraterização

Em 2021, as *Small Medium Enterprises* (SME) constituíram 99,8% das empresas existentes em toda a União Europeia, representaram 64,4% do total de empregos e geraram 51,8% de valor acrescentado (*European Commission, 2022*). Pela forte posição que têm vindo a ocupar ao longo dos anos, são consideradas como o motor da economia europeia.

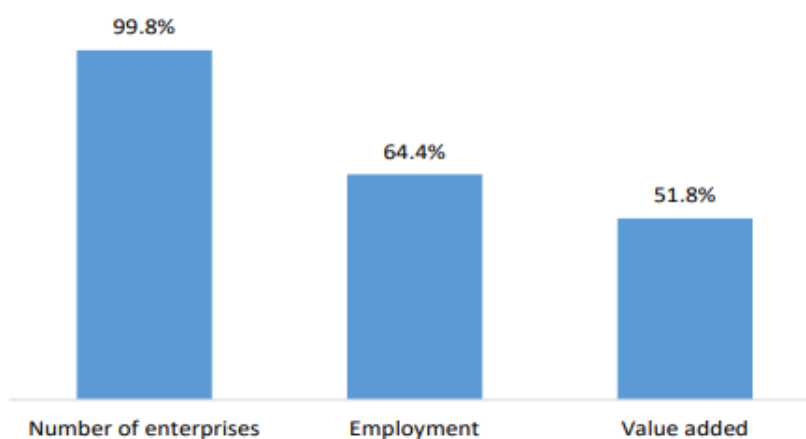


Figura 1 - Percentagem de SME existentes, de criação de emprego e valor acrescentado na União Europeia
Fonte: *Annual Report on European SMEs, 2022*

As SME representam uma mais-valia para a inovação, produtividade, e desenvolvimento da economia. Para além disso, contribuem para a inclusão e redução da pobreza na medida em que possibilitam a criação de emprego em diferentes setores, levando à inclusão de trabalhadores pouco qualificados e proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de competências.

No relatório anual de 2021/2022 realizado pela Comissão Europeia é possível observar por níveis de percentagem a representatividade das SME nos 27 países que constituem a União Europeia (Figura 2).

Portugal, juntamente com a França, Bélgica, Países Baixos, Itália, Eslovénia, Hungria, Eslováquia, República Checa e Polónia possuem entre 95% a 100% de SME. No intervalo

de menor percentagem de SME existentes (80% a 85%) situa-se apenas a Alemanha. Estes dados vêm reforçar a posição e a força das SME em toda a União Europeia.

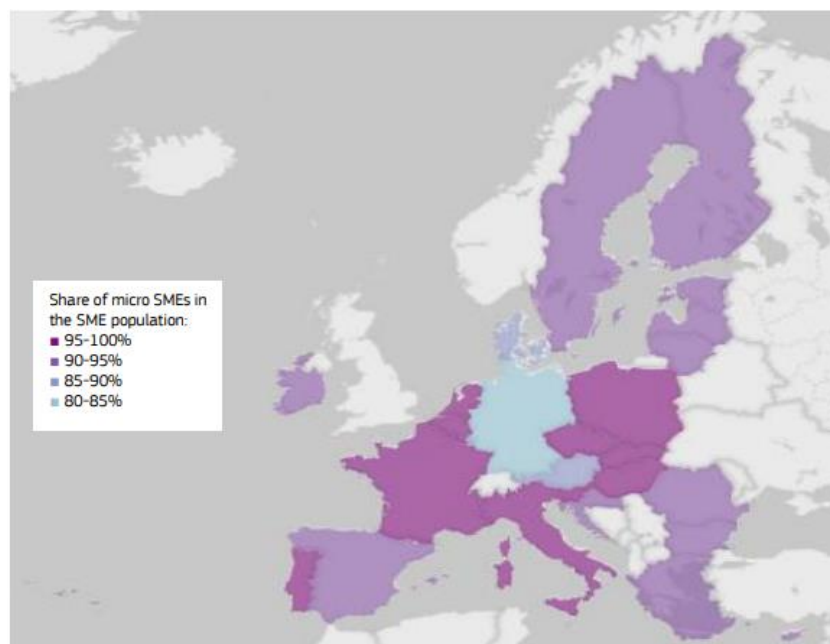


Figura 2 - Representatividade das SME na União Europeia

Fonte: *Annual Report on European SME, 2022*

Em Portugal, segundo dados da PORDATA relativos ao ano de 2020, as pequenas e médias empresas (PME) abrangem a grande maioria do tecido empresarial, ocupando 99,9% do total das empresas existentes, sendo que 96 % são microempresas, 3,3% são pequenas empresas e apenas 0,54% são empresas de média dimensão.

O gráfico 1 reflete o aumento do número de PME em Portugal, sendo que em 2004 existiam 1 114 354 PME, e em 2020 esse valor aumentou para 1 314 944. Referir que o decréscimo do número de PME entre 2008 e 2012 deveu-se ao período de crise financeira vivida na época.

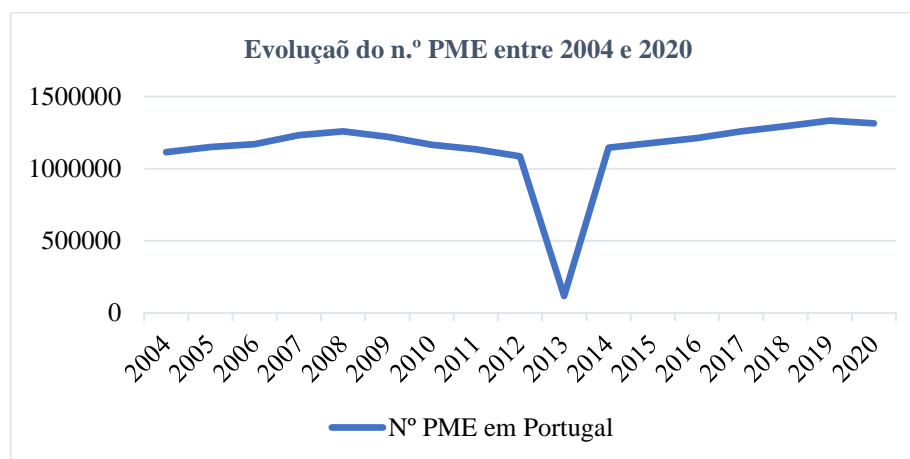


Gráfico 1 - Representatividade das SME em Portugal

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PORDATA

Torna-se importante haver uma definição exata de PME para que a sua identificação seja clara e de fácil entendimento. Deste modo, a Comissão Europeia (2020) afirma ser necessário cumprir quatro etapas, como mencionado no “Guia do utilizador relativo à definição de PME”:

Primeiramente, deve ser averiguado se se trata realmente de uma empresa. Entende-se por empresa “qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica” (Comissão Europeia, 2020, p.9).

A segunda etapa deve aferir se os critérios definidos para a classificação de PME são cumpridos no que diz respeito ao n.º de efetivos, volume de negócios anual e balanço total anual. Estes devem ser concordantes com a definição europeia de PME emanada pela Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, 6 de maio, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 1 - Critérios para classificação de PME

| Entidade | Volume de negócios anual | Total do balanço anual | N.º trabalhadores |
|------------------------|--------------------------|------------------------|-------------------|
| Microempresa | 2.000.000€ | 2.000.000€ | <10 |
| Pequena empresa | 10.000.000€ | 10.000.000€ | <50 |
| Média empresa | 50.000.000€ | 50.000.000€ | <250 |

Fonte: Recomendação n.º 2003/361/CE, da Comissão Europeia, 6 de maio

Importa referir que o cumprimento do n.º de efetivos é obrigatório para a classificação de PME, no entanto, a empresa não precisa de cumprir simultaneamente os outros dois requisitos mencionados. Pode cumprir apenas o valor definido para o volume de negócios anual ou o valor do balanço total anual, sem que seja prejudicada. Pode ainda exceder um destes últimos.

Na terceira etapa surge a necessidade de clarificar o que é ou não abrangido pelos critérios definidos. Relativamente ao cálculo de efetivos devem incluir pessoal a tempo inteiro, a tempo parcial, temporário e sazonal e ainda as seguintes categorias: “assalariados, pessoas que trabalham para a empresa, que tenham sido destacadas na empresa e equiparadas a assalariados à luz do direito nacional (pode igualmente incluir os trabalhadores temporários ou contratuais), proprietários-gestores e sócios que exerçam uma atividade regular na empresa e beneficiem das vantagens financeiras da mesma” (Comissão Europeia, 2020, p. 12).

No que diz respeito às exclusões do cálculo do número de efetivos fazem parte “os aprendizes ou estudantes em formação profissional e titulares de contrato de aprendizagem ou de formação profissional e assalariados com licença de maternidade ou parental” (Comissão Europeia, 2020, p. 12).

Ainda na terceira etapa importa mencionar que o balanço total anual se refere ao valor dos principais ativos da empresa e que o volume de negócios é definido “através do cálculo das receitas que uma empresa recebeu durante o ano, resultantes da venda e das prestações de serviços, correspondentes às atividades normais da sociedade, após dedução feita das reduções sobre vendas” (Comissão Europeia, 2020, p.13).

Na quarta e última etapa os dados são definidos e avaliados, e para isso, importa categorizar a empresa numa das três definições:

- Empresa autónoma: Totalmente independente ou com menos de 25% capital ou dos direitos de voto em uma ou várias empresas;
- Empresa parceira: Os direitos de voto em outra empresa não excedem os 50%, ou vice-versa;
- Empresa associada: Detém mais de 50% dos direitos de voto de outra empresa, ou vice-versa.

1.2 PME Líder

Em 2008, foi criado pelo I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI) o estatuto de PME Líder, com o intuito de distinguir e enaltecer as PME nacionais com um desempenho superior e com uma maior solidez, tanto a nível financeiro como a nível de processos. Este é atribuído em parceria com o Turismo de Portugal (no caso de empresas do setor do turismo), um conjunto de 10 bancos que operam em Portugal e ainda com as Sociedades de Garantia Mútua.

Este mecanismo confere vantagem às empresas, criando condições de melhoria que irão estimular o desenvolvimento das suas atividades e aumentando a confiança perante a sua envolvente.

Com este estatuto é pretendido estimular a eficiência do processo de intermediação bancária e potenciar o alargamento do mercado de capitais a empresas intermédias.

Segundo dados do IAPMEI entre 2008 e 2020, o número de PME cresceu cerca de 232%, mesmo com o aumento da exigência nos critérios de seleção. Em 2008, existiam apenas 2996 empresas com classificação de Excelência, enquanto no ano de 2020 esse valor aumentou para 9955 empresas, revelando assim o crescente reconhecimento deste estatuto.

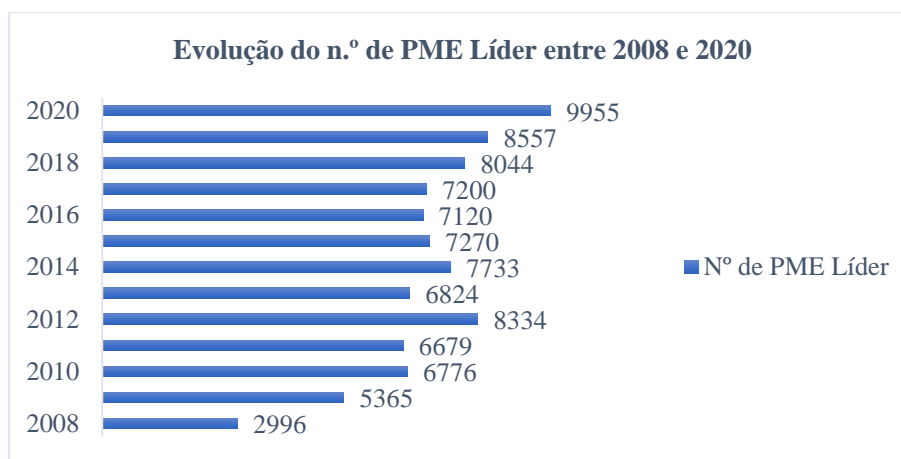


Gráfico 2 - Evolução do n.º PME Líder entre 2008 e 2020

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IAPMEI

1.3 PME Excelência

Tal como nas PME Líder, também o certificado de PME Excelência é atribuído pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal, no caso de serem empresas do setor do turismo, e com a parceria de 10 bancos que operam em Portugal.

Para a seleção das mesmas, o IAPMEI e o Turismo de Portugal selecionam, a partir das PME com estatuto de “Líder” e selecionam as empresas que cumprirem cumulativamente os requisitos necessários. Assim, basta as empresas interessadas apresentarem uma candidatura. É necessário mencionar que caso uma PME Excelência no ano n seja considerada PME Líder em $n+1$, o seu estatuto de PME Excelência é automaticamente renovado para $n+1$.

Através da base de dados do IAPMEI é possível observar a distribuição das PME Excelência quanto à sua dimensão, setor de atividade e distribuição geográfica.

O gráfico 3 mostra a distribuição das PME Excelência por dimensão no ano de 2020. Observa-se que 72,7% das PME Excelência são empresas de pequena dimensão, constituindo 2084 empresas de um total de 2865 empresas certificadas. Seguem-se as médias empresas com 601 empresas, o que equivale a 21% da totalidade. Os restantes 6,3% dizem respeito às microempresas, detendo apenas 180 empresas.

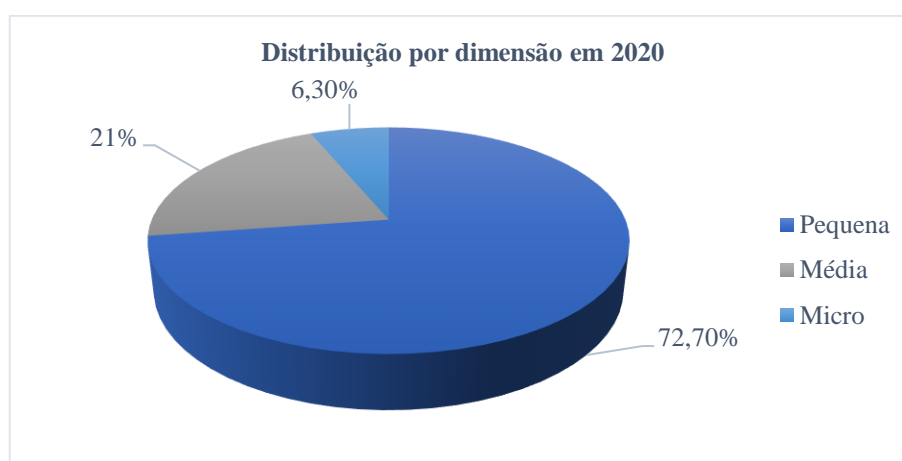


Gráfico 3 - Distribuição por dimensão das PME Excelência em 2020

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IAPMEI (2020)

Em relação à sua distribuição setorial, através do gráfico 4 verifica-se que os setores com maior representatividade são os do comércio com 28% (802 empresas) e da indústria com

23,40% (671 empresas). Seguem-se os setores do turismo e serviços, com 17,9% e 14,7%, respetivamente.

Os setores com um menor número de PME Excelência, em 2020, são os setores de transportes e agricultura e pesca com apenas 2,5% e 1,9%, respetivamente.

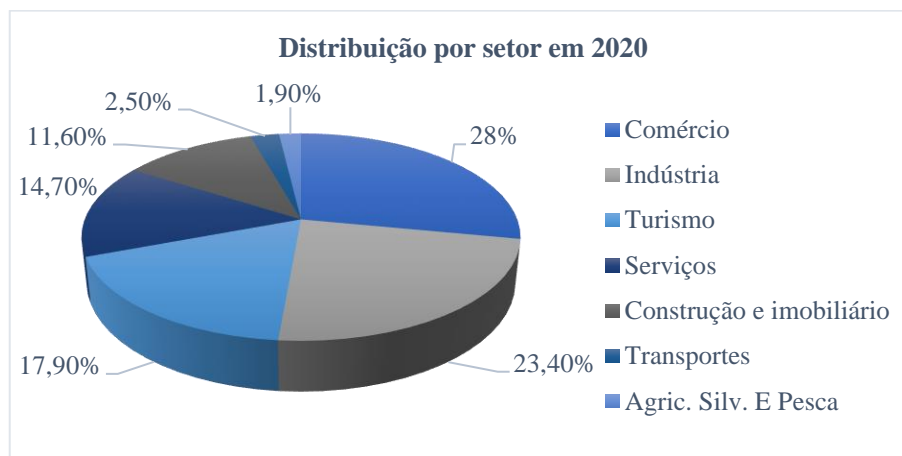


Gráfico 4 - Distribuição setorial das PME Excelência em 2020

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IAPMEI (2020)

No gráfico 5 observa-se que os distritos com maior número de PME Excelência, em 2020, são Porto (21%), Lisboa (20,1%) e Aveiro com 9,8%.

Seguem-se os distritos de Leiria e Faro, com 7,5% e 6,5%, respetivamente. Este último será o segmento objeto de análise deste estudo, com um total de 185 empresas.

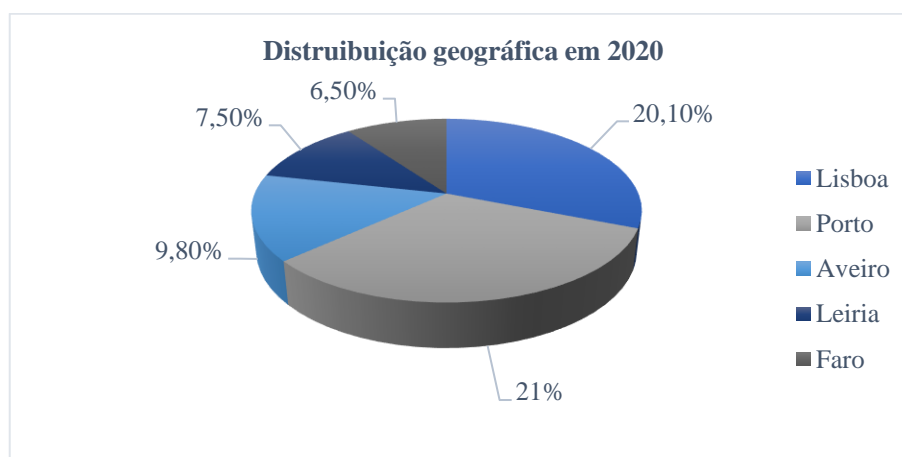


Gráfico 5 - Distribuição geográfica das PME Excelência em 2020

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IAPMEI (2020)

1.3.1 Condições de Acesso

Para que uma PME possa ser premiada com o certificado de excelência é necessário que cumpra alguns requisitos. Estas condições são estabelecidas pelo IAPMEI e apresentadas no seu regulamento, onde podem ser consultadas pelos interessados. As empresas devem cumprir em simultâneo os seguintes requisitos:

Tabela 2 - Requisitos para o acesso a PME Excelência

| Rácios | Requisito |
|---|---------------|
| Autonomia Financeira | $\geq 37,5\%$ |
| Rendibilidade líquida do Capital Próprio | $\geq 12,5\%$ |
| Dívida Financeira Líquida / EBITDA | $\leq 2,50\%$ |
| EBITDA / Ativo | $\geq 10\%$ |
| EBITDA / Volume de Negócios | $\geq 7,5\%$ |
| Crescimento do Volume de Negócios (de n-1 para n) | $\geq 0\%$ |
| Notação de risco atribuída pelas Sociedades de Garantia Mútua | $\leq 5\%$ |

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IAPMEI (2021)

É necessário que estas condições sejam claras e explícitas para que possam ser perceptíveis a todos. Assim, são apresentados de seguida os significados de cada um destes rácios:

O rácio de autonomia financeira mede a percentagem do ativo que está a ser financiado exclusivamente através de capitais próprios, o que permite analisar a solidez financeira da empresa (Batista, 2016).

Segundo os requisitos impostos pelo IAPMEI é necessário que este rácio seja igual ou superior a 37,5%, ou seja que o capital próprio da empresa seja capaz de cobrir o ativo nesta percentagem.

A rendibilidade líquida do capital próprio mede a capacidade de os capitais próprios da empresa gerarem retorno (Encarnação, 2009). Este rácio deve apresentar um valor igual ou superior a 12,5%.

Antes de serem explicados os seguintes rácios importa mencionar que o indicador Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization (EBITDA) corresponde, tal como o próprio nome indica, aos lucros antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

Assim, o terceiro requisito apresentado indica o número de anos necessário para liquidação da dívida financeira existente (IAPMEI, 2015). Neste caso, este rácio deve apresentar um valor igual ou inferior a 2,50%.

A rentabilidade bruta do ativo divide o EBITDA pelo ativo e reflete o lucro líquido que a empresa obteve em relação ao seu ativo (Miecoanski & Palavecini, 2017). Este rácio deve ser igual ou superior a 10%.

O rácio EBITDA/Volume de negócios possibilita uma perspetiva da rentabilidade da empresa sem afetação das depreciações e amortizações, gastos de financiamento e impostos (Banco de Portugal, 2019). Como requisito de acesso a PME Excelência deve apresentar um valor igual ou superior a 7,5%.

Considera-se ainda como critério um crescimento no volume de negócios em relação ao ano anterior e por último uma notação de risco, atribuída pelas Sociedades de Garantia Mútua igual ou inferior a 5%.

1.3.2 Vantagens da Certificação de PME Excelência

O estatuto de PME Excelência está associado a um conjunto de benefícios que oferecem vantagem competitiva, acrescentam valor às empresas e facilitam a sua relação com o mercado.

Ao serem distinguidas como PME excelência, as empresas adquirem uma maior visibilidade e reconhecimento o que lhes permitirá usufruir de uma base de confiança com o seu meio envolvente e desenvolver os seus negócios.

Terão ainda acesso a melhores condições no que diz respeito a produtos financeiros, uma relação facilitadora com a banca e um certificado de qualidade na sua relação com o mercado.

1.3.3 Evolução das PME Excelência- Portugal e Distrito de Faro

O número de empresas premiadas com o rótulo de Excelência tem vindo, de uma forma geral, a aumentar em Portugal, reforçando as vantagens deste reconhecimento, anteriormente descritas.

Embora se tenha verificado uma diminuição do número de PME Excelência de 2018 para 2019, esse decréscimo foi compensado no ano de 2020, em que foram premiadas 2865 empresas, como se pode observar no gráfico 6.

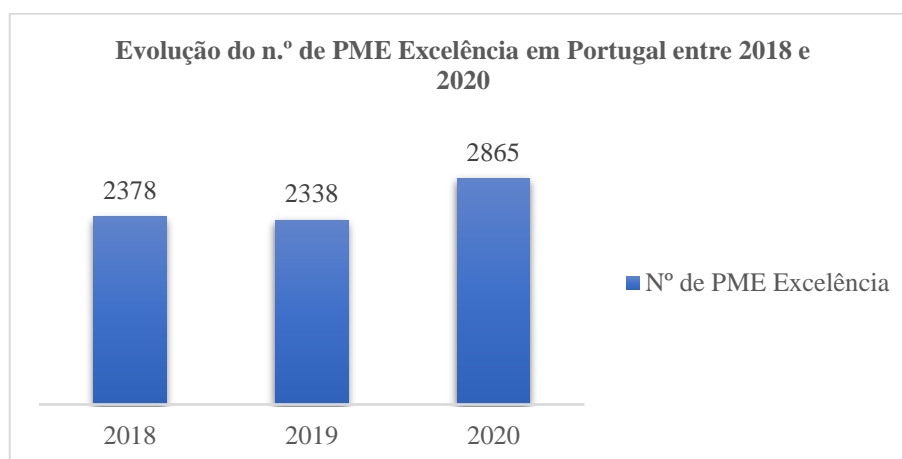


Gráfico 6 - Evolução do n.º PME Excelência entre 2018 e 2020 em Portugal

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IAPMEI

No distrito de Faro a par com a situação em Portugal também se registou um pequeno decréscimo no ano de 2019, voltando a aumentar em 2020.

O gráfico 7 realça que em 2018, foram galardoadas no distrito de Faro 193 empresas. No ano de 2019 apenas 140 empresas receberam este certificado. Em 2020, este número volta a subir, registando um total de 185 empresas agraciadas.

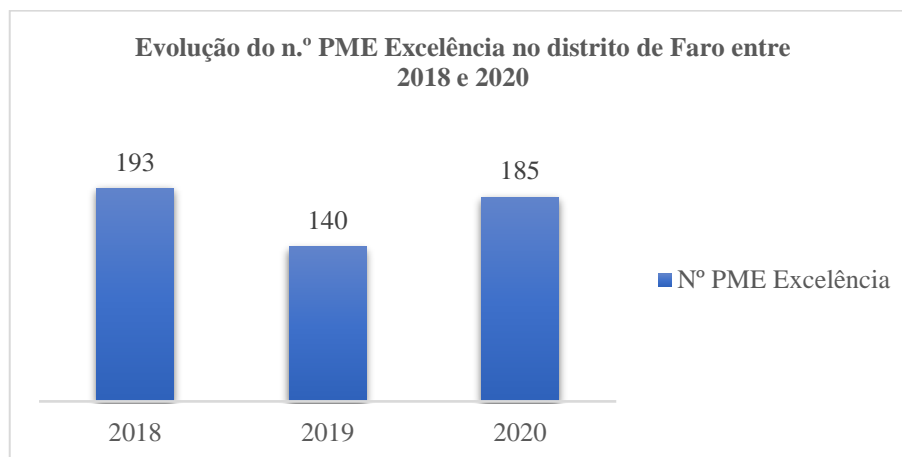


Gráfico 7 - Evolução do n.º PME Excelência entre 2018 e 2020 no Distrito de Faro

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IAPMEI

CAPÍTULO II – CONTROLO INTERNO

2.1 Conceito e Objetivos do Controlo Interno

O controlo interno (CI) tem vindo a assumir uma maior importância nas empresas ao longo do tempo, uma vez que, auxilia na tomada de decisões e simultaneamente na concretização dos seus objetivos.

Independentemente da dimensão da empresa, a existência de um controlo interno confere confiabilidade e segurança ao seu meio envolvente sobre o potencial desenvolvimento dos seus processos. Para Neves (2008) é impossível criar uma empresa sem controlos, pois estes permitem a sustentabilidade das operações e informações inerentes.

Segundo Gomes (2014), nenhuma empresa por mais pequena que seja, pode exercer a sua atividade sem ter instituído um Sistema de Controlo Interno (SCI) ainda que menos formal ou sistematizado. Este deve ser implementado de acordo com a estrutura e dimensão da empresa bem como a diversidade e complexidade das suas operações (Floriano & Lozecky, 2008).

Conforme mencionado por Morais & Martins (2013, p.28), a primeira definição de controlo interno surgiu em 1934 pela *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA):

“O controlo interno compreende um plano de organização e coordenação de todos os métodos e medidas adotadas num negócio a fim de garantir a salvaguarda de ativos, verificar a adequada confiabilidade dos dados contabilísticos, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão às políticas estabelecidas pela gestão”.

Em 1992, o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), publicou um documento *Internal Control- Integrated Framework* que veio a ser atualizado em 2013, definindo controlo interno como “um processo, efetuado pelo conselho de administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, concebido para proporcionar uma garantia razoável relativamente ao cumprimento dos objetivos relacionados com as operações, relatórios e conformidades” (COSO, 2013, p.3). Esta tornou-se a definição mais consensual e usada em todo o mundo.

O *International Federation of Accountants (IFAC)*, através da *International Standards on Auditing (ISA) 315 (revista)* - Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente, apresentou uma definição semelhante à do COSO reforçando a segurança razoável que o controlo interno deve proporcionar acerca da consecução dos objetivos ao nível da fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações e cumprimento das leis e regulamentos.

O *The Institute of Internal Auditors (IIA)* menciona no *position paper The Role of Internal auditing in Enterprise-Wide risk Management* que “o controlo interno é qualquer ação tomada pela gestão para gerir o risco e aumentar a probabilidade de alcançar os objetivos estabelecidos” (IIA, 2009, p.7).

Segundo a mesma instituição os objetivos do controlo interno são (mencionado por Reinoite, 2014, p.12):

- “A confiança e integridade da informação;
- Conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos;
- Salvaguarda de ativos;
- Utilização económica e eficiente dos recursos;
- Realização dos objetivos estabelecidos”.

Embora, possa variar conforme as especificidades de cada organização, o Tribunal de Contas afirma que existe um conjunto de princípios básicos que constituem um alicerce ao CI e que lhe dão consistência (Tribunal de Contas, 1999, p.49):

- “Segregação de funções: Deve ser evitado que sejam atribuídas à mesma pessoa várias tarefas para prevenir a ocorrência de erros ou irregularidades;
- Controlo das operações: Consiste na verificação das operações que em concordância com o princípio da segregação de funções não deve ser efetuada por pessoas que intervieram na sua realização ou registo;
- Definição de autoridade e responsabilidade: Deve ser efetuado um plano onde se definem com rigor o nível de autoridade e responsabilidade a aplicar a cada operação;
- Pessoal qualificado, competente e responsável: Deve ser assegurado que o pessoal tenha as qualificações adequadas para desempenhar a função que lhe for atribuída;

- Registo metódico dos factos: Deve-se verificar se as operações registadas na contabilidade estão em concordância com as regras contabilísticas aplicáveis e se possuem os respetivos comprovativos”.

2.2 Tipos de Controlo Interno

Costa (2019, pp. 262,263) faz referência à caracterização de controlo interno feita pelo AICPA:

- “Controlo interno administrativo: Plano de organização, procedimentos e registos relacionados com os processos de decisão que conduz à autorização das transações pelo Órgão de Gestão;
- Controlo interno contabilístico: Plano da organização, procedimentos e registos relacionados com a salvaguarda dos ativos e a confiança nos registos contabilísticos”.

Choix & Velazquez (2012) fazem alusão a dois tipos de controlos: controlos preventivos e controlos detetivos, sendo que os primeiros se destinam a prevenir que factos indesejáveis ocorram e os segundos têm como propósito a sua deteção, caso ocorram.

Lopes (2019, p. 93) acrescenta os controlos corretivos, os quais acredita que podem ser facilmente confundidos com os controlos detetivos, uma vez que são implementados após a identificação de um ato indesejável e que o seu principal objetivo é prevenir a recorrência dessa situação. Contudo, refere que a forma e o momento em que são identificados os distingue.

Também Morais & Martins (2013) referem os tipos de controlos mencionados anteriormente, acrescentando os controlos diretivos ou orientativos e os controlos compensatórios. Defendem que os controlos diretivos servem para provocar ou motivar a ocorrência de um facto desejável enquanto os controlos compensatórios servem para compensar eventuais fraquezas de controlo que possam existir noutras áreas da entidade.

Existe ainda um conjunto de métodos de controlo interno que são os seguintes (Instituto da Cooperação e da Língua, I.P, 2014):

- “Controlos administrativos: exercício de autoridade, estrutura orgânica, poder de decisão e descrição de tarefas;

- Controlos operacionais: planeamento, orçamento, contabilização e sistemas de informação, documentação, autorização, políticas, procedimentos e métodos;
- Controlos para a gestão de recursos humanos: recrutamento e seleção, orientação, formação e desenvolvimento e supervisão;
- Controlos de revisão e análise: avaliação do desempenho, análise interna das operações e programas, revisões externas e outros;
- Controlos das instalações e equipamentos: inspeção das instalações e equipamentos”.

2.3 Modelo COSO

Em 1985, nos Estados Unidos, surgiu a *National Commission on Fraudulent Financial Reporting* (Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros) que mais tarde, em 1992, foi denominada como *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*.

Esta iniciativa juntou cinco grandes associações privadas dos Estados Unidos, nomeadamente o AICPA, *American Accounting Association* (AAA), *Financial Executives International* (FEI), IIA e *Institute of Management Accountants* (IMA) e tinha como principal objetivo estudar as causas da ocorrência de fraudes em relatórios financeiros.

2.3.1 Internal Control - Integrated Framework

Em 1992, o COSO publicou um documento designado por *Internal Control- Integrated Framework* que se tornou uma referência a nível mundial no estudo do controlo interno.

Em 2013, o COSO sentiu necessidade de atualizar o seu *Integrated Framework* devido às rápidas mudanças que ocorrem nas organizações ao longo dos anos. Esta atualização tinha como objetivo ajudar as organizações a melhorar, implementar e avaliar o seu sistema de controlo interno de forma a alcançarem os seus objetivos inicialmente definidos.

O modelo é constituído por uma matriz tridimensional (figura 3) que relaciona os objetivos da organização, as componentes do controlo interno e a estrutura organizacional

da entidade. O modelo COSO defende que as empresas se devem centrar em três categorias distintas para que possam alcançar todos os aspetos do controlo interno:

- Objetivos operacionais: Eficácia e eficiência das operações da entidade;
- Objetivos do relatório: Dizem respeito a relatórios financeiros e não financeiros internos e externos;
- Objetivos de conformidade: Adesão às leis e regulamentos a que a entidade está sujeita.

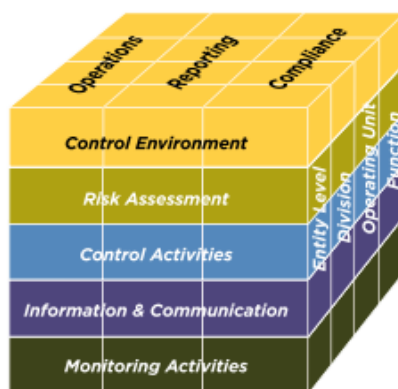


Figura 3 - Estrutura tridimensional do COSO I

Fonte: Internal Control – Integrated Framework, COSO (2013)

De acordo com o modelo COSO (2013), são estabelecidos 5 componentes do controlo interno interligados e que representam o esquema ideal para atingir um nível desejado de eficiência e eficácia das operações, fiabilidade de relatórios financeiros e cumprimento das leis e regulamentos, tais como:

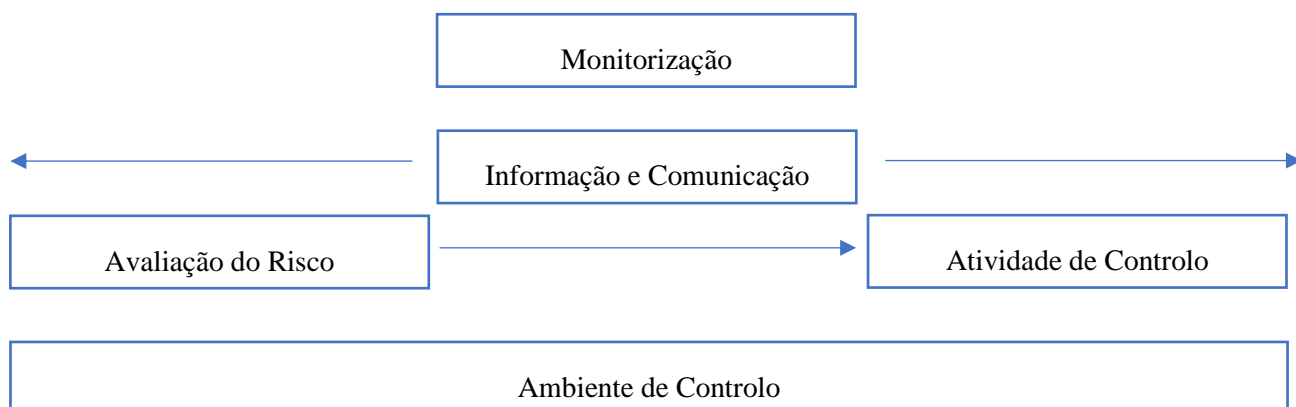


Figura 4 - Componentes do Controlo Interno segundo o COSO

Fonte: Adaptado de Almeida (2019, p.338)

- **Ambiente de controlo:** É a base para todos os outros componentes do controlo interno, proporcionado estrutura e disciplina. “Inclui as funções de governação e de gestão e as atitudes, a consciência e as ações dos responsáveis pelas referidas funções em relação ao controlo interno da entidade e à sua importância na mesma” (Costa, 2019, p. 264);
- **Avaliação do risco:** Consiste em identificar riscos e preparar respostas para os mesmos de forma a conseguir resultados confiáveis e satisfatórios;

Almeida (2019, pp. 341,342) defende que a avaliação do risco é assente em quatro princípios:

- “Especificar os objetivos relevantes;
 - Identificar e analisar os riscos;
 - Avaliar o risco de fraude;
 - Identificar e analisar mudanças significativas”.
- **Atividade de controlo:** Abrange todas as políticas e procedimentos definidos pelo órgão de gestão e tem como objetivo a mitigação de riscos que possam afetar a concretização dos objetivos da organização (Mjaku, 2019);
 - **Informação e comunicação:** Apoia as outras componentes do controlo interno através da obtenção e da comunicação de informações relevantes e de qualidade;
 - **Monitorização:** Consiste numa supervisão regular e contínua que avalia o desempenho das componentes do controlo interno. Deve ser realizada por pessoal qualificado, uma vez que a informação recebida é crucial para a organização (Mjaku, 2019).

2.3.2 Enterprise Risk Management - Integrated Framework

Em 2004, juntamente com a *PriceWaterhouseCoopers* (PWC), o COSO desenvolveu um modelo que embora preserve a estrutura inicial é direcionado para a gestão de riscos. Pretende identificar possíveis riscos e determinar o nível de aceitação dos mesmos sem prejudicar a concretização dos objetivos definidos. Surge assim, um novo documento emitido pelo COSO denominado por *Enterprise Risk Management- Integrated Framework*. Este novo modelo não pretende substituir o modelo COSO de 1992, mas sim incorporá-lo.

Como mencionado por Ortigara & Filho (2020, p.287), o COSO II afirma que as organizações se devem preocupar com a gestão de risco pois permite-lhes:

- “Alinhar o apetite de risco com a estratégia adotada;
- Fortalecer as decisões em resposta aos riscos;
- Reduzir as surpresas e os prejuízos;
- Aproveitar as oportunidades”.

A figura 5 representa a nova versão apresentada pelo COSO. Também esta é uma matriz tridimensional que pretende conciliar os objetivos da organização, os seus componentes e as suas unidades.

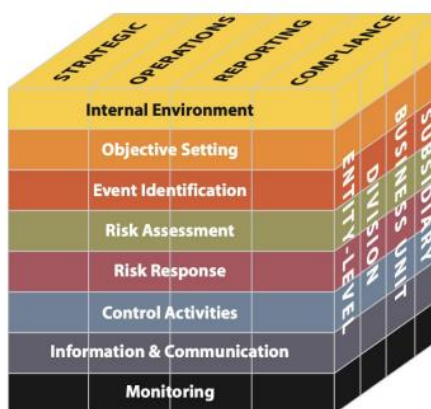


Figura 5 – Modelo ERM do COSO

Fonte: Enterprise Risk Management — Integrated Framework (COSO, 2004)

Nesta versão atualizada surge a fixação de objetivos que deve ser feita antes de serem identificados riscos ou potenciais eventos que possam impactar a organização. A componente de análise de risco é dividida em três novos componentes:

- **Identificação de eventos:** Os eventos são situações que ainda não ocorreram e que podem causar impacto na realização dos objetivos. Estes podem ser negativos (riscos) ou positivos (oportunidades). Através da identificação dos eventos é possível planear um tratamento adequado para as oportunidades ou riscos (Miranda, 2018);
- **Avaliação de riscos:** Nesta fase os eventos anteriormente identificados devem ser avaliados numa perspetiva de probabilidade de ocorrência e impacto na concretização dos objetivos (Miranda, 2018);

- **Resposta aos riscos:** Após a avaliação dos riscos, a administração deve determinar a resposta a esses riscos. Segundo a PWC (2007), as respostas podem ser:
 - Evitar: Descontinuação das atividades que geram os riscos;
 - Reduzir: São adotadas medidas para reduzir a probabilidade de ocorrência dos riscos ou do seu impacto;
 - Partilhar: É uma ação tomada para compartilhar riscos em toda a entidade ou com partes externas;
 - Aceitar: Quando nenhuma medida é implementada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

2.4. Limitações do Controle Interno

Embora a existência de um controle interno eficaz proporcione uma garantia razoável do cumprimento dos objetivos, não consegue assegurar na totalidade a imunidade da empresa quanto a erros, fraudes ou irregularidades. Muitas vezes acontece que o sistema de controle interno é implementado, mas não corresponde à realidade da empresa em questão e por isso não é operacional.

“Trata-se de um processo que nunca garante uma segurança absoluta, na medida em que o risco surge como uma das variáveis fulcrais do comportamento das economias em geral e das organizações em particular” (Lopes, 2019, p. 89)

O COSO afirma que “o controle interno não consegue impedir más decisões ou julgamentos, ou fatores externos que possam colocar em causa o alcance dos objetivos da organização”. (COSO, 2013, p.9).

De entre as variadas limitações inerentes ao controle interno, Santos (2015), menciona:

- Desinteresse por parte da gestão;
- Dimensão da empresa;
- Existência de erros humanos;
- Conluio e fraudes;
- Relação custo-benefício na implementação e manutenção do sistema.

Relativamente ao desinteresse por parte da gestão, Dimitrijevic, Milovanovic & Stancic (2015) consideram que a gestão normalmente associa o controle interno a burocracia e a

procedimentos complexos, o que pode desencorajar e impedir a iniciativa de implementar procedimentos de CI.

2.5. A Importância do Controlo Interno nas PME

A globalização da economia obriga as empresas a reforçarem a sua competitividade para que se possam manter no mercado e para isso é necessário que organizem os seus planos estratégicos, otimizando os recursos já existentes, de forma a conseguirem corresponder aos desafios.

Para Francis & Imiete (2018), o controlo interno é relevante nas empresas e deve estar presente pelos seguintes motivos:

- “Assegura que todas as transações registadas são:
 - Reais;
 - Devidamente valorizadas;
 - Registadas atempadamente;
 - Corretamente classificadas, resumidas e afixadas;
- Previne a ocorrência de erros e fraudes;
- Deteta erros e fraudes que possam já ter ocorrido;
- Salvaguarda os bens da organização;
- Ajuda a organização a alcançar os seus objetivos de forma eficaz e eficiente”.

Muitas vezes os gestores das PME preocupam-se apenas com a obtenção de retorno da forma mais rápida possível e acabam muitas vezes por tomar decisões baseadas apenas na experiência e na intuição (Amancio et al., 2019).

Segundo o mesmo autor “a adoção de ferramentas de gestão como o controlo interno nas PME faz com que a informação contabilística não seja utilizada apenas para efeitos fiscais, mas também para fins de tomada de decisões, permitindo alcançar melhores resultados” (Amancio et al., 2019, p.26).

No entanto, é notória a crescente preocupação por parte das organizações em melhorar e reforçar os procedimentos de controlo interno adotados. Segundo Gonçalves (2015, p.32) “este investimento é feito, principalmente, porque o controlo interno reforça a capacidade de as organizações assegurarem que os seus objetivos operacionais, financeiros e de cumprimento das suas obrigações legais são alcançados”.

Devido à dimensão reduzida destas empresas, e atendendo ao seu volume de negócios, é necessário estabelecer uma relação custo-benefício para evitar prejuízos. Assim, deve ser a gestão a elaborar e definir os procedimentos de controlo interno apropriados para a sua entidade de modo a atingirem os objetivos propostos ao menor custo possível.

CAPÍTULO III – AUDITORIA INTERNA

3.1 Conceito de Auditoria Interna

Inicialmente a auditoria interna focava-se na deteção de erros e fraudes e era vista apenas como uma função de controlo. Com o desenvolvimento económico e a complexidade das operações surgiu nas organizações a necessidade de terem uma estrutura interna forte que prestasse apoio na tomada de decisões.

Neste sentido, atualmente a auditoria interna é considerada como

“uma atividade independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Ajuda a organização a alcançar os seus objetivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão do risco, de controlo e de governação” (IIA, 2009, p.10).

A auditoria interna deve manter um papel pró-ativo na organização, assumindo-se como parceira da gestão e “assistir os seus membros no desempenho efetivo das suas funções, sendo-lhes fornecido análises, avaliações, recomendações, conselhos e informações relacionadas com as atividades analisadas” (Almeida, 2019, p. 20).

Barreiro (2007, p.4) defende que um departamento de “auditoria interna, competente e atuante, pode, atempadamente, evitar a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos”. No entanto, é necessário que haja uma vontade por parte da gestão em colaborar com o departamento de AI e que haja consciência da rendibilidade do mesmo para a organização, de forma a poder retirar-se o melhor partido desta ferramenta de gestão.

Crepaldi & Bianchi (2015) defendem que a auditoria interna não é um custo para a empresa, mas sim um investimento. Alves (2015) partilha da mesma opinião afirmando que a auditoria interna através das suas sugestões de melhoria nas áreas de maior risco, controlo interno e governação, contribui para o aumento da probabilidade de a organização atingir os seus objetivos.

Em suma, “a auditoria interna assume a função primordial de supervisão da gestão de risco, dos controlos e dos processos de governação. É uma atividade de grande importância estratégica que contribui diretamente para o fortalecimento da gestão organizacional” (Magalhães et al., 2009).

3.2 Auditoria Interna na Avaliação do SCI

Qualquer entidade que pretenda alcançar os seus objetivos deve criar um sistema de controlo interno eficaz, sujeito a permanente avaliação, de modo que este acompanhe as possíveis mudanças que possam ocorrer.

A criação e implementação de um SCI é da responsabilidade do órgão de gestão, contudo o trabalho da auditoria interna pode ser uma mais-valia para a organização, uma vez que oferece garantias à gestão de que o sistema de controlo interno implementado é adequado e eficaz contribuindo para melhorar os processos da organização (Badara, 2012).

A equipa de auditoria interna deve conhecer, compreender e avaliar os controlos internos existentes para que possa definir o seu plano de trabalho tendo em conta a amplitude, alcance e frequência necessárias.

Conforme descrito no “Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados” do *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), a ISA 610 (pp. 767,768) refere que a auditoria interna deve acompanhar e avaliar atividades relacionadas com o CI, nomeadamente:

- “- Revisão dos controlos: avaliar a sua operacionalidade e sugerir melhorias;
- Análise da informação financeira e operacional: revisão dos meios usados para identificar, reconhecer, mensurar, classificar e relatar esse tipo de informações;
- Revisão da eficácia e eficiência das atividades operacionais;
- Revisão do cumprimento das leis e regulamentos.”.

Segundo *Morais & Martins* (2013, p. 40) o auditor deve seguir as seguintes etapas na avaliação do controlo interno:

- “1 - Descrição do sistema a fim de verificar a sua eficiência e se existem ou não procedimentos de controlo adequados;

2 - Verificação da descrição do sistema, que consiste na obtenção de prova de que o sistema descrito pelo auditado reflete o que realmente existe, pelas seguintes razões:

- O auditor pode ter efetuado uma interpretação indevida das informações recebidas;
- O auditor pode ter sido induzido em erro pelo pessoal da entidade;
- O auditor pode ter obtido unicamente uma informação parcial do sistema;

3 - Execução de testes de conformidade, que consistem na avaliação preliminar da existência efetiva do controlo interno estabelecido em cada um dos subsistemas;

4 - Execução de testes substantivos com o objetivo de obter um grau de confiança razoável de que os procedimentos de controlo estão a ser aplicados de acordo com o pré-estabelecido”.

Após concluídas todas as etapas o auditor interno deve expressar a sua opinião acerca da eficácia e eficiência dos procedimentos de gestão. Deve ainda comunicar, de forma clara, precisa, completa e construtiva, por escrito ao órgão de gestão as deficiências relevantes encontradas durante o processo de auditoria, contribuindo para um controlo interno mais eficaz.

3.3 Auditoria Interna na Gestão de Risco

Para Head (2009, p.12) “a gestão de risco consiste num processo de planeamento, organização, direção e controlo de recursos para atingir os objetivos pretendidos, num contexto em que podem ocorrer acontecimentos imprevistos, quer sejam positivos ou negativos”.

Embora, a gestão de risco seja da responsabilidade do órgão de gestão, incluindo a sua criação e manutenção, a auditoria interna pode, mais uma vez, ser um acréscimo de valor, na medida em que apoia a organização na identificação e posterior avaliação de riscos e contribui para a melhoria dos sistemas de gestão de risco e controlo (Barreiro, 2007).

Lopes (2019, p.92) afirma que a auditoria interna deve “identificar, medir e priorizar os riscos, focalizando nas áreas auditáveis mais significativas”.

Segundo o IIA (2016) no ponto 2120.A1 (p.13) do seu documento “Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (Normas)”, “os auditores internos devem avaliar as exposições a riscos relacionados com a governança, operações e com os sistemas de informação da organização, no que diz respeito a:

- Alcance dos objetivos estratégicos da organização;
- Confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais;
- Eficácia e eficiência das operações e programas;
- Salvaguarda dos ativos;
- Conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos”.

A avaliação do risco com base na metodologia ERM é uma função fundamental da auditoria interna, reconhecido pelo IIA e pelo COSO. Este método permite que a auditoria interna identifique e avalie riscos, auxiliando a gestão na resposta aos mesmos.

Silva (2020, p. 30) acrescenta que através do ERM a auditoria interna “consolida os relatos sobre os riscos, mantém e desenvolve a estrutura integral de riscos e desenvolve a estratégia para a gestão de riscos, para posterior aprovação pela direção”.

Segundo Morais & Martins (2013, p.135), a atividade de auditoria interna, no âmbito do ERM, tem como objetivo assegurar:

- “Os processos de gestão, tanto na sua conceção como no seu funcionamento;
- A eficácia e eficiência das respostas ao risco e atividades de controlo relacionadas;
- A integridade e exatidão da informação gerada sobre a gestão de risco”.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

4.1 Metodologias de Investigação

Segundo Santos et al. (2021) existem três tipos de abordagem para a pesquisa: quantitativa, qualitativa e mista, sendo possível distinguir as duas primeiras pelo tipo de dados que utilizam.

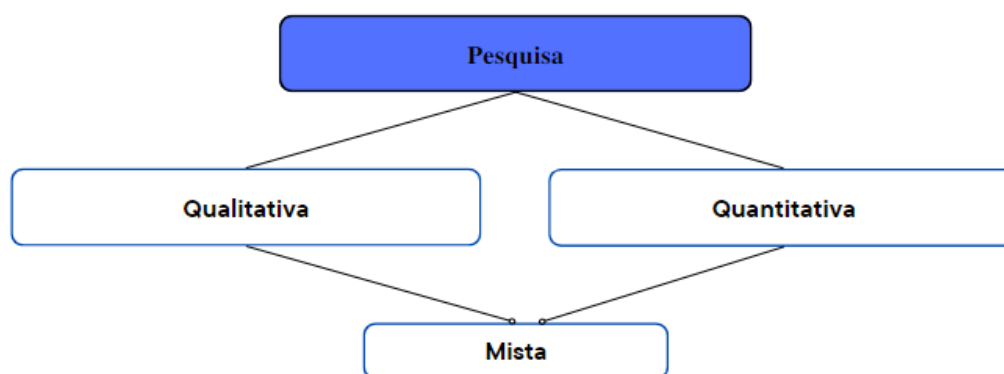


Figura 6 - Tipos de pesquisa

Fonte: Elaboração própria

Como mencionado por Borrego et al. (2009), Creswell anuncia três critérios para a definição do tipo de abordagem:

1. A natureza do problema de pesquisa;
2. A área de formação e a experiência do investigador;
3. O destinatário da investigação.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representação numérica, mas sim com o aprofundamento de um grupo social ou organização (Gerhardt & Silveira, 2009).

Busetto et al. (2020) define a pesquisa qualitativa como o estudo da natureza de fenómenos, incluindo a sua qualidade, diferentes manifestações, o contexto em que se inserem ou as perspetivas a partir das quais podem ser percebidos. No que diz respeito à pesquisa quantitativa Busetto et al. (2020) faz alusão à definição dada por Fonseca (2002) que defende que este tipo de pesquisa se centra na objetividade, recorrendo à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno e as relações entre variáveis.

Para um melhor entendimento dos elementos diferenciadores das pesquisas qualitativa e quantitativa, Proetti (2017) apresenta um quadro síntese onde é possível observar essas diferenças.

Tabela 3 - Diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa

| Pesquisa qualitativa | Pesquisa quantitativa |
|--|---|
| Pouco objetiva | Objetiva |
| Desenvolve teorias | Testa teorias |
| Permite selecionar e isolar casos | Permite selecionar populações e amostras e identificar as suas propriedades |
| Os elementos básicos para as análises são as palavras e ideias e formam o raciocínio teórico a que se pretende comprovar | Os elementos básicos de dados para análises são numéricos e expressam valores conclusivos |
| Descobre, compreende, descreve, interpreta e partilha novos conhecimentos | Delimita e controla os dados de forma precisa |
| Formula o problema de pesquisa e gera hipóteses como respostas provisórias ao problema | Pode formular hipóteses e testá-las |
| Descreve os significados das descobertas no estudo | Estabelece relações e causas do facto estudado |
| Baseia-se na comunicação e na observação | Baseia-se em instrumentos específicos de recolha de dados de forma numérica |
| Procura particularidades | Procura generalizações |
| O investigador pode ou não participar no processo | O investigador mantém distância do processo |

Fonte: Elaboração própria com base em Proetti (2017)

A junção destes dois tipos de pesquisa dá origem a uma pesquisa mista, que consiste numa análise mais sólida, uma vez que os pontos fortes de cada tipo de pesquisa complementam os pontos fracos da outra.

4.2 Problema e Objetivos do Estudo

Para que um estudo estatístico produza resultados fiáveis é necessário cumprir diversas etapas: a identificação do problema, o planeamento do estudo, a recolha de dados, a

apresentação dos dados e a sua análise e interpretação (Santos, 2018). Seguindo esta ordem, o primeiro passo é identificar o problema do estudo.

Gil (2008, p.33) defende que o conceito de problema, em termos científicos, pode ser descrito como “qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio de conhecimento”.

Neste seguimento, o presente trabalho tem como objetivo analisar se as PME Excelência 2020 do distrito de Faro dispõem de procedimentos de controlo interno, se os utilizam de forma adequada e se estão familiarizadas com o seu conceito e importância.

Mais especificamente, pretende-se analisar várias questões acerca do controlo interno, como quais os procedimentos de controlo interno que as PME utilizam e se o órgão de gestão acompanha o processo e o desenvolvimento dos mesmos. Importa também analisar se a gestão dá prioridade aos controlos preventivos e no caso de não utilizarem procedimentos de controlo interno importa perceber quais os motivos que dão origem a essa decisão. Considera-se ainda importante para análise a opinião das PME sobre as vantagens e limitações do controlo interno.

Aliada ao controlo interno surge a auditoria interna e por isso, torna-se relevante analisar se as PME possuem departamento de auditoria interna e caso a resposta seja afirmativa importa perceber de que forma é executada.

A opinião das PME sobre a influência do SCI no seu sucesso, mais concretamente na sua certificação de excelência também são dados relevantes para o estudo.

4.3 Metodologia Adotada - Questionário

Para dar início à pesquisa é necessário adotar uma metodologia que fundamente todo o processo. De forma a conseguir obter resultados viáveis e precisos optou-se por fazer uma recolha de dados baseada numa natureza quantitativa através do inquérito por questionário.

Gomes (2013, p. 37) afirma que “o questionário é um documento que traz, de forma estruturada e por escrito, um conjunto de perguntas claras e objetivas a serem feitas aos entrevistados. O seu objetivo é garantir a uniformidade das respostas de modo a poder padronizar os resultados com dados confiáveis e estatísticos”.

O questionário foi elaborado através do Google Forms, sendo constituído por 22 questões, sendo 20 de resposta fechada e apenas 2 de resposta aberta. Note-se que uma questão de resposta fechada é constituída por opções já definidas, sendo apenas necessário seleccionar uma ou um conjunto delas, conforme se aplique, e uma questão de resposta aberta dá a possibilidade ao inquirido de responder de forma livre. O presente questionário está disponível para consulta no apêndice 1 deste trabalho.

A principal preocupação tida com o questionário foi a elaboração de respostas simples e objetivas que não suscitassem dúvidas ao inquirido, para que fosse possível obter resultados confiáveis.

Assim, optou-se pela divisão em 4 partes. Sendo a primeira destinada à caracterização da empresa, a segunda parte engloba várias questões sobre o Controlo Interno, a terceira parte aborda questões acerca de Auditoria Interna e por último são apresentadas duas questões referentes à classificação de PME Excelência.

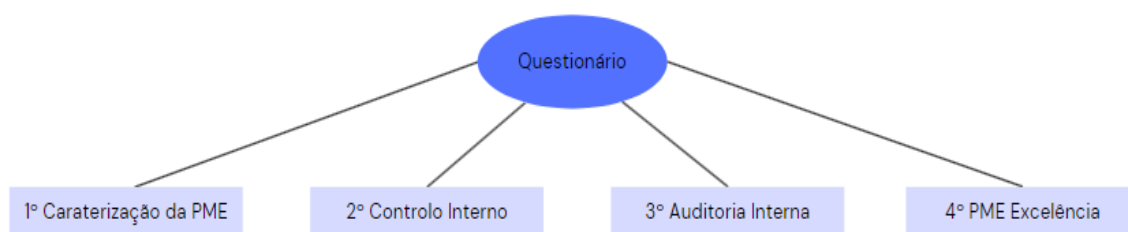


Figura 7 - Estrutura do questionário

Fonte: Elaboração própria

4.4 População e Amostra

A população do presente estudo são as pequenas e médias empresas quem em 2020 foram premiadas com certificação de excelência, sediadas no distrito de Faro. Entende-se por população “a totalidade de elementos que estão sob discussão e dos quais se pretende obter informação através da investigação de uma ou mais características em comum” (Guimarães, 2012).

Inicialmente, através da base de dados do IAPMEI, foi extraída a lista de PME Excelência 2020. De seguida, foi feita uma filtragem por distrito, seleccionando apenas o distrito de Faro. Assim foram obtidas 185 empresas elegíveis para o estudo.

Através do site de cada empresa e de outras fontes de pesquisa, procedeu-se à recolha de e-mails para o envio dos questionários, tendo sido possível apenas a recolha de 145 e-mails.

O primeiro envio do questionário às PME foi efetuado no dia 4 de junho de 2022, via e-mail, ao qual foi possível obter 7 respostas. Devido à falta de adesão por parte das empresas foi feito um reforço no envio dos questionários no dia 20 de julho de 2022, no qual foi obtida apenas 1 resposta.

No dia 5 de setembro foram efetuadas chamadas telefónicas para as respetivas empresas com o propósito de sensibilizar e conseguir uma maior aderência. Desta forma foi possível adicionar mais 6 respostas ao estudo, perfazendo assim um total de 14 respostas.

4.5 Formulação das Hipóteses de Investigação

Gil (2008) afirma que a principal função das hipóteses é sugerir explicações para o problema. Com base no objetivo do estudo foram elaboradas as seguintes hipóteses de investigação:

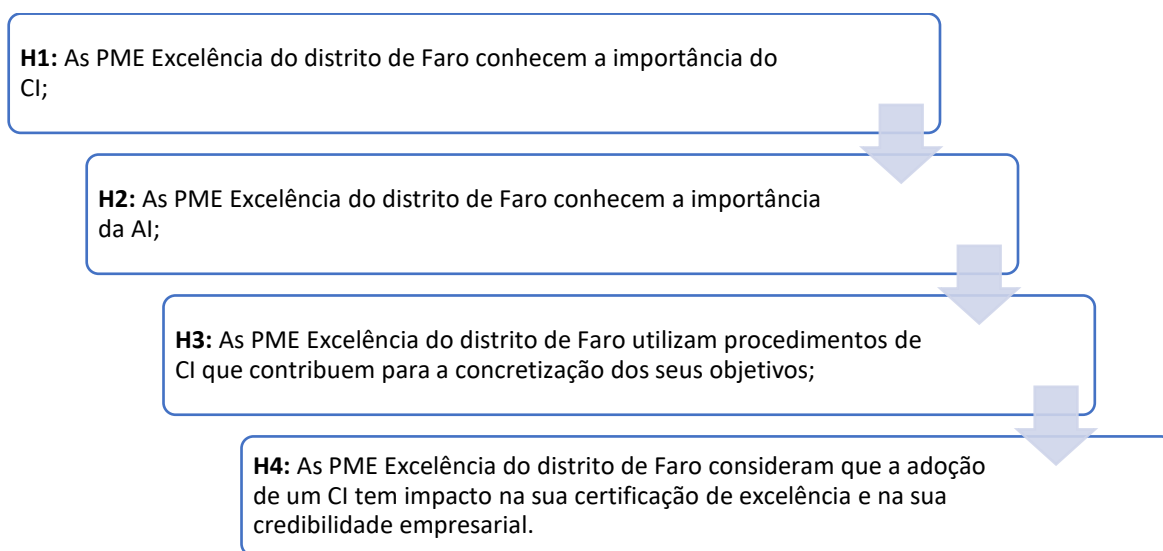


Figura 8 - Hipóteses de investigação

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Análise dos Resultados Obtidos

Neste capítulo será feita a análise e interpretação dos resultados obtidos, que se traduz num “processo complexo de dar sentido aos dados recolhidos através de procedimentos de consolidação, redução e leitura” (Merriam, 2009, mencionado por Santos et al., 2021).

Para uma melhor compreensão e análise dos resultados, este capítulo será dividido da seguinte forma:

- 1º - Dados Sociodemográficos;
- 2º - Enquadramento das respostas nas hipóteses de investigação e respetiva análise;
- 3º - Conclusões do estudo.

5.1.1 Dados Sociodemográficos

Nas figuras seguintes são apresentadas as respostas à primeira parte do questionário, nomeadamente sobre a dimensão, o setor, o número de funcionários e ainda o volume de negócios apresentado em 2020 das PME que responderam ao questionário.

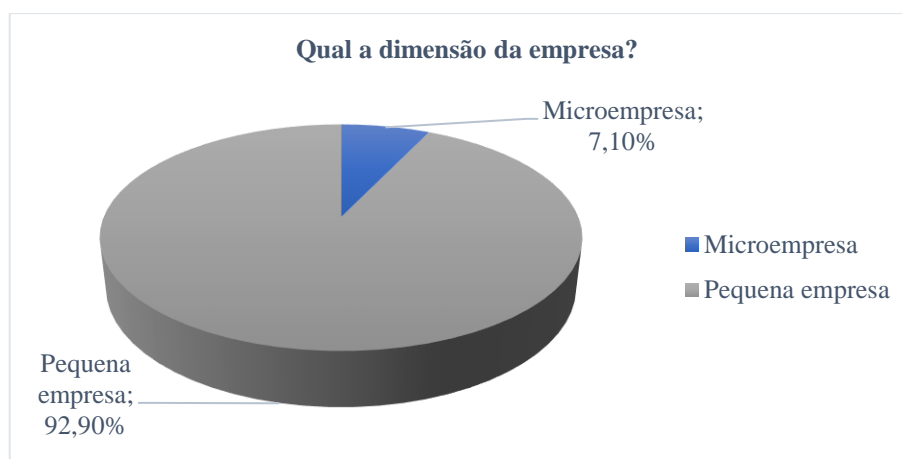


Gráfico 8 - Dimensão da empresa

Fonte: Elaboração própria

Como se pode observar no gráfico acima, 92,9% das empresas que responderam ao questionário são caracterizados como pequenas empresas e as restantes 7,1% são microempresas.

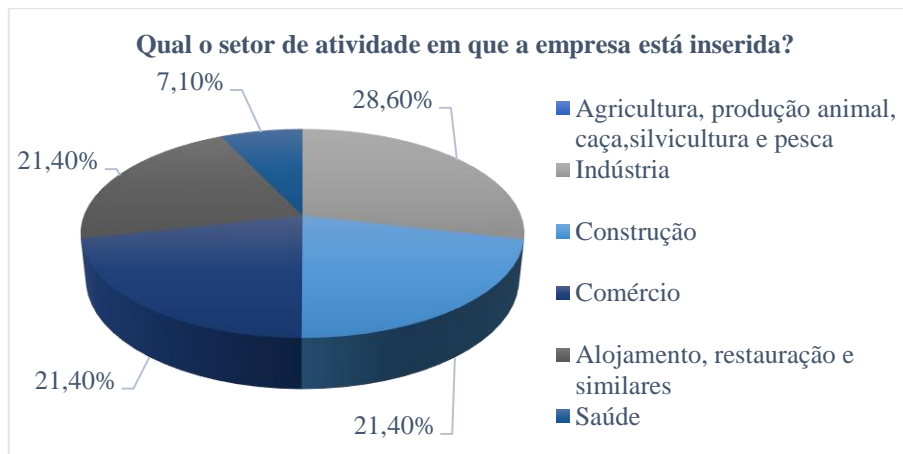


Gráfico 9 - Setor de atividade

Fonte: Elaboração própria

Através do gráfico 9 podemos constatar que o setor predominante na amostra é o setor da indústria que ocupa 29% da totalidade de respostas. Seguem-se o setor da construção com 22% e os setores do alojamento, restauração e similares e do comércio, ambos com 21%. Com menor representatividade surge o setor da saúde com 7%.

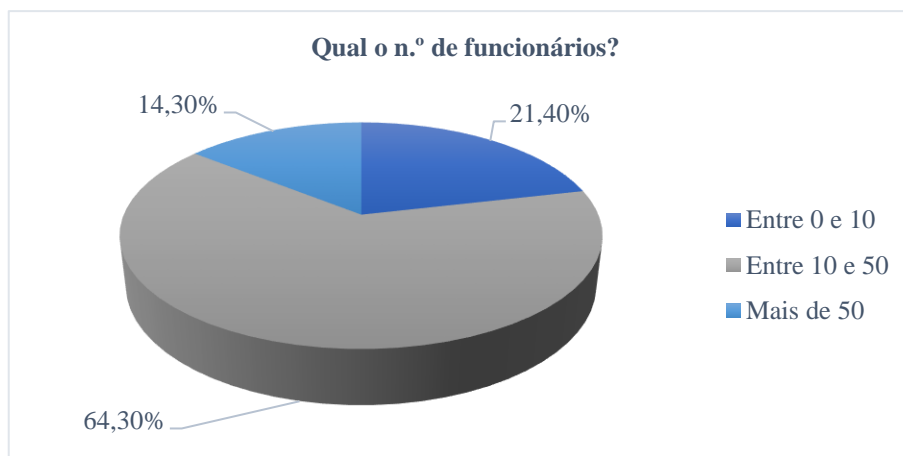


Gráfico 10 - Número de funcionários

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 10 faz referência ao número de funcionários, pelo que podemos concluir que 3 das PME apresentam entre 0 e 10 funcionários (21,4%), 9 têm entre 10 e 50 funcionários (64,3%) e apenas 2 afirmam ter mais do que 50 funcionários (14,3%).

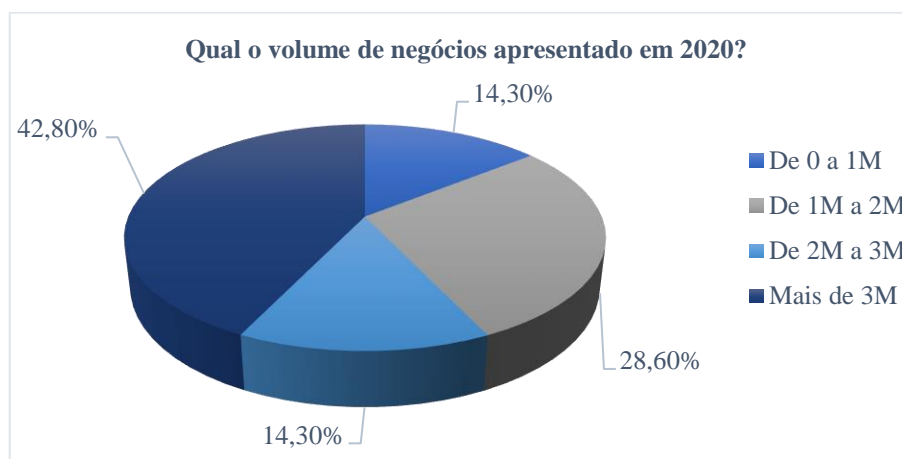


Gráfico 11 - Volume de negócios

Fonte: Elaboração própria

O volume de negócios alcançado em 2020 varia bastante entre as respostas. No gráfico 11 podemos perceber que a maioria (42,8%) atingiu um volume de negócios superior a 3 milhões de euros. Com a mesma percentagem de resposta (14,3%) ficaram o intervalo entre 2 e 3 milhões de euros e até um máximo de 1 milhão de euros. As restantes PME alcançaram um volume de negócios entre 1 e 2 milhões de euros, correspondendo a 28,6% da amostra.

5.1.2 Enquadramento das Respostas nas Hipóteses de Investigação

Para que possamos validar as hipóteses definidas, primeiramente serão analisadas as respostas dadas às questões feitas no questionário.

Para a hipótese 1 foram elaboradas as seguintes questões:

Tabela 4 - Enquadramento das questões do questionário em H1

| Hipótese 1 | Questões do Questionário |
|--|---|
| As PME Excelência do distrito de Faro conhecem a importância do Controlo Interno | Q. 2.1 Existe um manual de Controlo Interno? |
| | Q. 2.2 Existem procedimentos de Controlo Interno na empresa? |
| | Q. 2.8 De que forma acha que a existência de um Controlo Interno influencia os resultados da empresa? |

Fonte: Elaboração própria

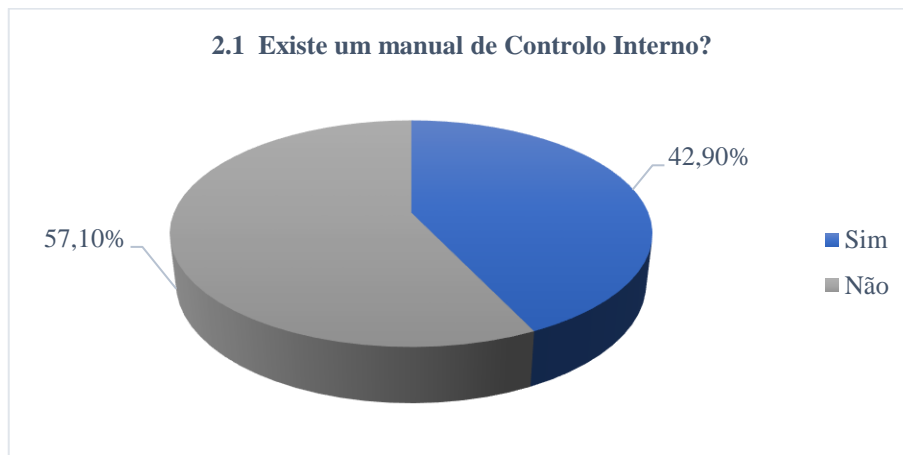


Gráfico 12 - Existência de manual de controlo interno

Fonte: Elaboração própria

Sendo o manual de controlo interno um procedimento de CI de alta importância pretendeu-se saber se o mesmo existe nas PME. Pode-se concluir que está presente em 6 das PME o que equivale a 42,9% e as restantes 8 não possuem manual de CI, perfazendo os restantes 57,1%.

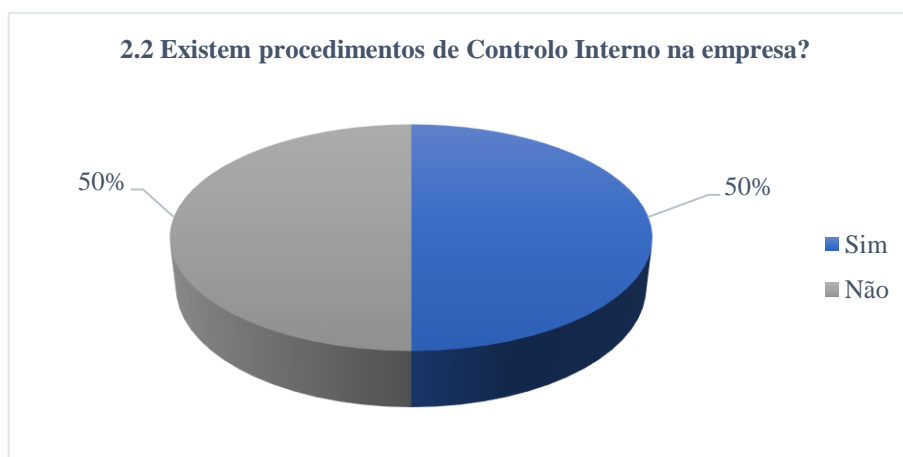


Gráfico 13 - Existência de procedimentos de controlo interno

Fonte: Elaboração própria

A questão 2.2 tem como objetivo saber se as PME utilizam procedimentos de CI e por isso tem apenas duas opções: “sim” ou “não”. Metade das PME (7) responderam que “sim” e a outra metade (7) respondeu que não utilizam procedimentos de CI.

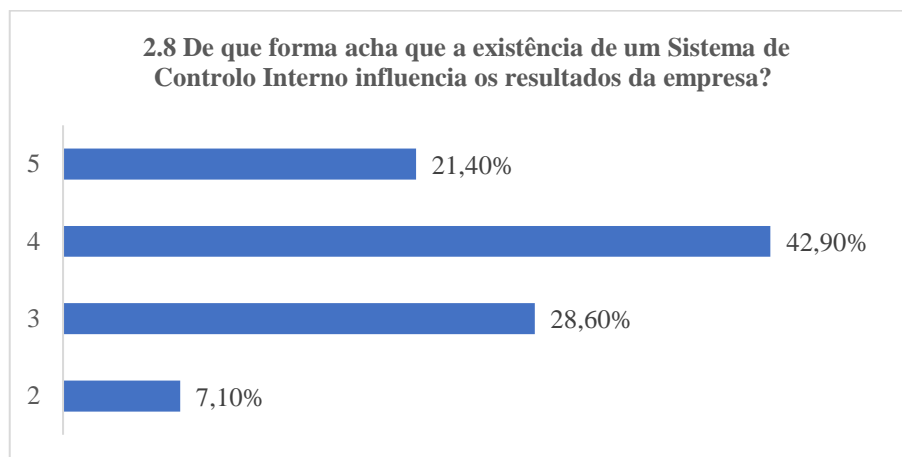


Gráfico 14 - Influencia do SCI nos resultados da empresa

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 14 reflete as respostas à questão “De que forma acha que a existência de um SCI influencia os resultados da empresa?” foi atribuído de forma crescente de 1 a 5 uma caracterização, sendo que 1 representava “pouco” e 5 “muito”. Tendo em conta esta numeração 42,9% responderam nível 4, o que indica que acreditam na influência do CI nos seus resultados, mas não no seu nível máximo. No nível intermédio 3 responderam 28,6% e no nível 2 que representa um baixo contributo responderam 7,1% das PME. Apenas 21,4% acreditam no contributo total do CI no seu sucesso. Referir ainda que nenhuma das PME mencionou o nível mais baixo representado pelo número 1.

Relativamente à hipótese 2 foram elaboradas as seguintes questões:

Tabela 5 - Enquadramento das questões do questionário em H2

| Hipótese 2 | Questões do Questionário |
|--|--|
| As PME Excelência do distrito de Faro conhecem a importância da AI | Q. 3.1 Tem noção do que trata o departamento de Auditoria Interna? |
| | Q. 3.2 Existe departamento de Auditoria Interna? |
| | Q. 3.6 De que forma acha que a existência de um departamento de Auditoria Interna contribui para o sucesso de uma empresa? |

Fonte: Elaboração própria



Gráfico 15 – Conhecimento sobre o departamento de auditoria interna

Fonte: Elaboração própria

Com o objetivo de saber se as PME têm consciência do que trata o departamento de auditoria interna foi elaborada uma questão sobre o tema. No gráfico 15, pode observar-se que a maioria, mais concretamente 13 PME, (92,9%) afirmam saber do que trata o departamento de AI e apenas 1 admite não ter conhecimento sobre o mesmo (7,1%).

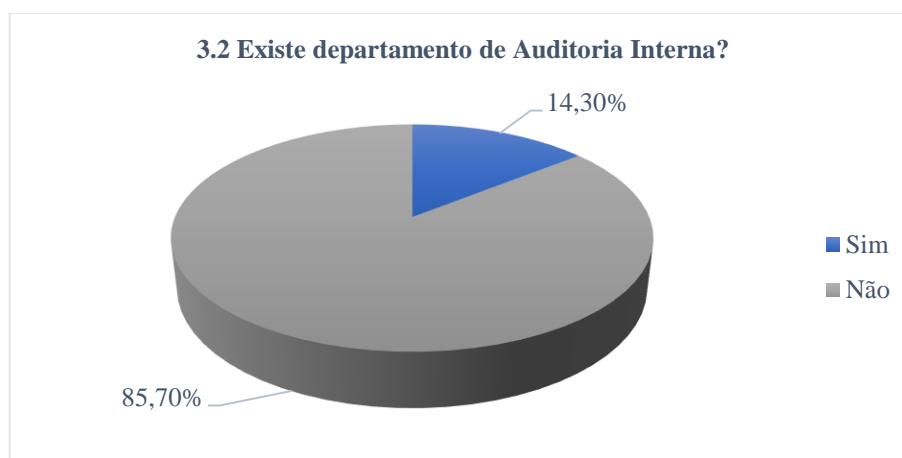


Gráfico 16 - Existência de departamento de auditoria interna

Fonte: Elaboração própria

Após saber se as PME têm consciência do que trata o departamento de AI é importante perceber se as mesmas possuem este departamento. Através do gráfico 16 conclui-se que das empresas respondentes, 12 afirmam não ter departamento de AI (85,7%), sendo que apenas 2 asseguram a existência deste departamento (14,3%).

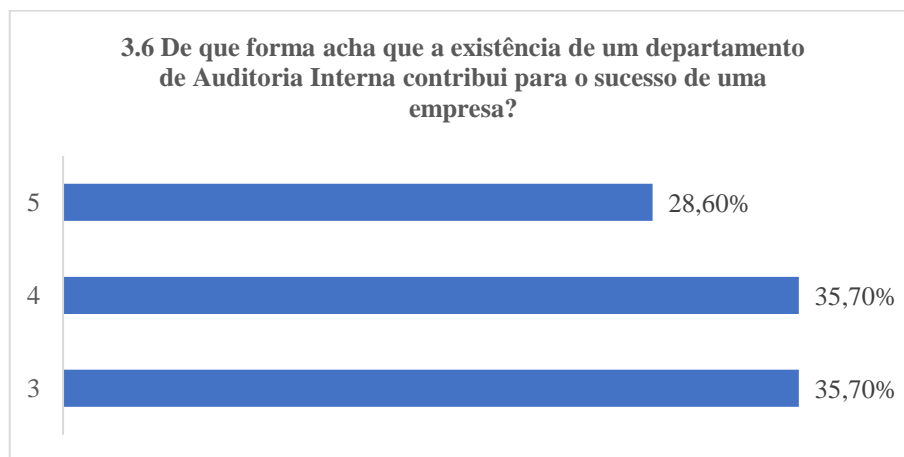


Gráfico 17 - Influencia do departamento de AI no sucesso da empresa

Fonte: Elaboração própria

Para a questão 3.6 foi feita, novamente, uma caracterização numérica crescente sendo que 1 representa “pouco” e 5 “muito”.

Quando confrontadas com o contributo da AI para o sucesso de uma empresa, a maioria das PME respondeu nível 3 e 4, o que representa 35,7%. O nível máximo obteve 28,6% das respostas. A análise feita a esta questão é bastante positiva, sendo que nenhuma PME respondeu os níveis mais baixos representados pelos números 1 e 2.

Para a hipótese 3 foram elaboradas as seguintes questões:

Tabela 6 - Enquadramento das questões do questionário em H3

| Hipótese 3 | Questões do Questionário |
|---|---|
| As PME Excelência do distrito de Faro utilizam procedimentos de CI que contribuem para a concretização dos seus objetivos | Q. 2.4 O órgão de gestão acompanha o desenvolvimento e resultados destes procedimentos? |
| | Q. 2.5 São usados mais controlos preventivos ou detetivos? |
| | Q. 2.6 Quando são detetadas anomalias, existem ações corretivas? |
| | Q. 3.5 O Auditor Interno comunica por escrito ao Órgão de Gestão as deficiências identificadas no Controlo Interno? |

Fonte: Elaboração própria



Gráfico 18 - Acompanhamento do órgão de gestão nos procedimentos

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 18 mostra que as 7 PME que afirmaram anteriormente possuir procedimentos de CI responderam “Sim” à questão “O órgão de gestão acompanha o desenvolvimento e resultados destes procedimentos?” o que equivale a 100% da amostra.

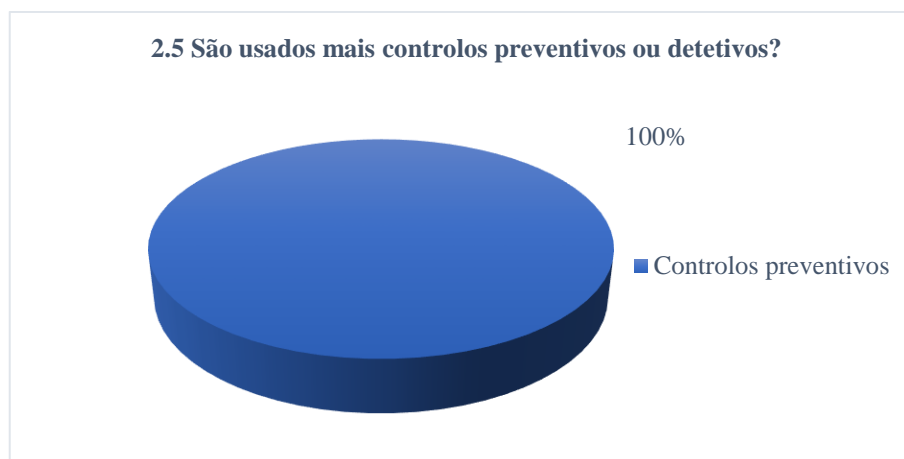


Gráfico 19 - Utilização de controlos preventivos ou detetivos

Fonte: Elaboração própria

No gráfico 19 observa-se que as empresas que afirmaram possuir procedimentos de CI afirmam dar prioridade aos controlos preventivos ao invés dos controlos detetivos, o que reflete uma posição de preocupação na prevenção de eventuais procedimentos fraudulentos.

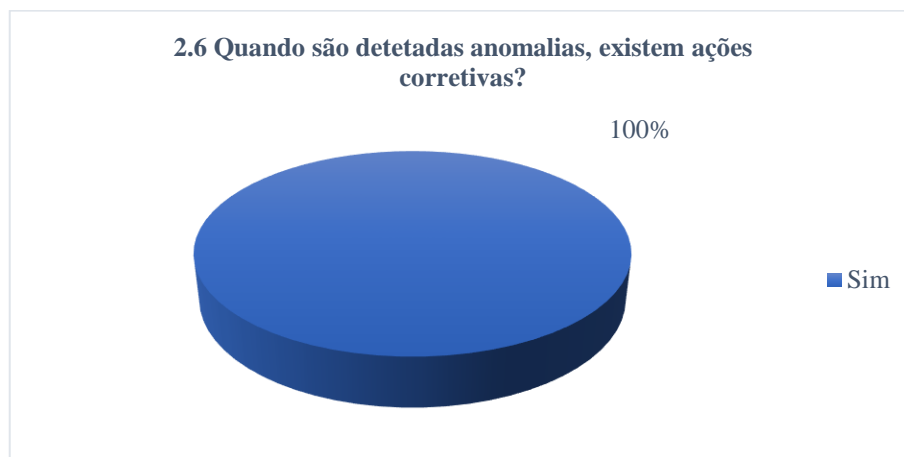


Gráfico 20 - Existência de ações corretivas quando são detetadas anomalias

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à utilização de ações corretivas, é possível averiguar através do gráfico 20 que 100% das PME com procedimentos de CI afirma recorrer às mesmas quando são detetadas anomalias.



Gráfico 21 - Comunicação das deficiências identificadas no CI

Fonte: Elaboração própria

Pretendeu-se com a questão 3.5 perceber, no caso das PME com departamento de AI, se o auditor interno efetuava a comunicação das deficiências encontradas no CI ao órgão de gestão no sentido de as mesmas poderem ser corrigidas e melhoradas. O gráfico 21 realça que as 2 PME com departamento de AI responderam que “Sim”.

Para a validação da hipótese 4 foram elaboradas as seguintes questões:

Tabela 7 - Enquadramento das questões do questionário em H4

| Hipótese 4 | Questões do Questionário |
|---|---|
| As PME Excelência do distrito de Faro consideram que a adoção de um CI tem impacto na sua certificação de excelência e na sua credibilidade empresarial | Q. 4.1 Considera que o facto de ser PME Excelência lhe traz uma maior credibilidade no meio empresarial? |
| | Q. 4.2 Considera que a existência de controlo interno ajuda a alcançar mais facilmente os requisitos para ser uma PME Excelência? |

Fonte: Elaboração própria

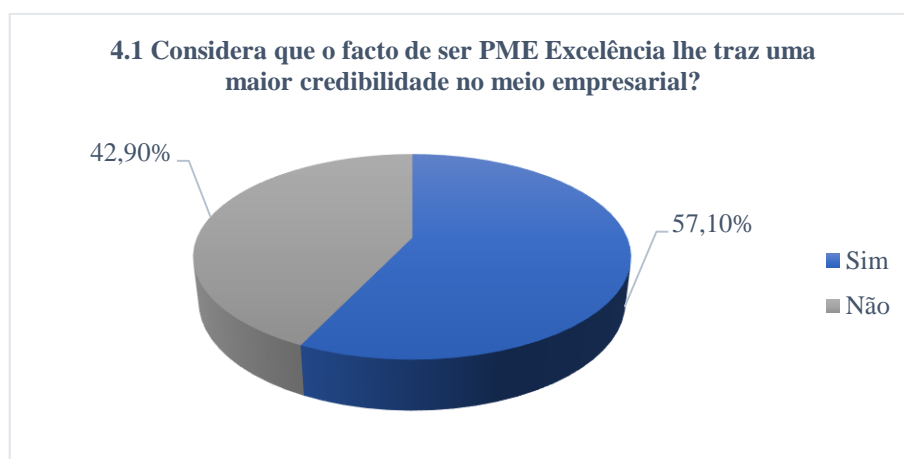


Gráfico 22 - Credibilidade no meio empresarial

Fonte: Elaboração própria

Quando questionadas com a credibilidade no meio empresarial que o estatuto PME Excelência pode trazer, 57,1% das PME acredita que o estatuto tem relevância na sua credibilidade, enquanto 42,9% não encontra relação entre ambos.

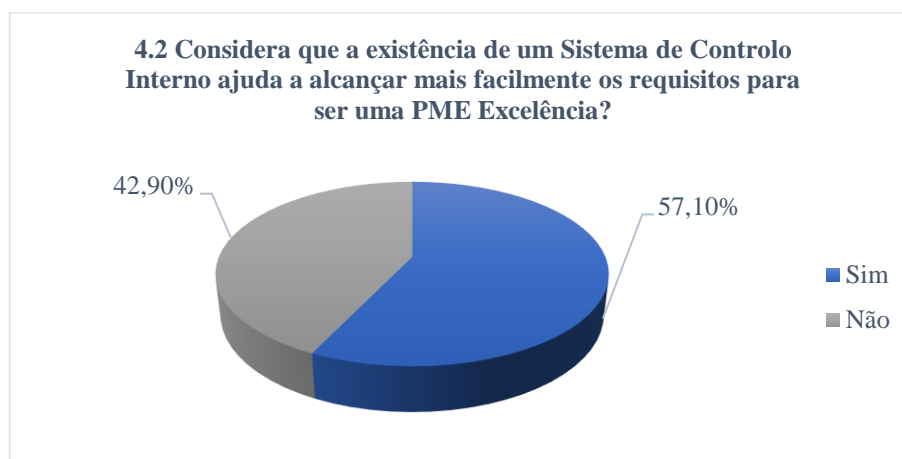


Gráfico 23 - Contributo do SCI no alcance da certificação de excelência

Fonte: Elaboração própria

Na questão 4.2 pretendeu-se saber a opinião das PME quanto ao contributo do SCI no alcance dos requisitos necessários para ser PME Excelência e foi possível concluir que 57,1% acredita que o SCI ajuda a atingir a certificação com maior facilidade, tendo respondido “sim”. Os restantes 42,9% não partilham da mesma opinião, tendo respondido que “não”.

5.1.3 Conclusões do Estudo

Após a interpretação das respostas obtidas através do questionário é necessário proceder à validação das hipóteses. Para isso, optou-se pela utilização do teste de Correlação de Pearson para testar H1, H2 e H4. Importa referir que não será utilizada a correlação de Pearson para H3 porque as respostas às questões relacionadas com esta hipótese foram uniformes.

Através da correlação de Pearson é possível observar a relação e a intensidade entre duas variáveis quantitativas que assumem valores entre -1 e 1, sendo que 0 indica a inexistência de uma relação. É de salientar ainda que -1 e 1 indicam uma forte relação entre as variáveis, seja negativa ou positiva (Sousa, 2019).

Tabela 8 - Correlação de Pearson

| Coefficiente de correlação | Correlação |
|-----------------------------------|-------------------|
| $r = 1$ | Perfeita positiva |
| $0.8 \leq r < 1$ | Forte positiva |
| $0.5 \leq r < 0.8$ | Moderada positiva |
| $0.1 \leq r < 0.5$ | Fraca positiva |
| $0 < r < 0.1$ | Ínfima positiva |
| 0 | Nulo |
| $-0.1 < r < 0$ | Ínfima negativa |
| $-0.5 < r \leq -0.1$ | Fraca negativa |
| $-0.8 < r \leq -0.5$ | Moderada negativa |
| $-1 < r \leq -0.8$ | Forte negativa |
| $r = -1$ | Perfeita negativa |

Fonte: Elaboração própria com base em Ramalho (2018)

As respostas foram caracterizadas da seguinte forma:

- Não = 0;
- Sim = 1;
- 1, 2 e 3 (pouco) = 0;
- 4 e 5 (muito) = 1.

De seguida e com recurso à ferramenta Excel procedemos ao cálculo da correlação entre as variáveis.

A tabela 9 mostra os resultados obtidos através da correlação de Pearson para a Hipótese 1 “As PME Excelência do distrito de Faro conhecem a importância de um SCI e de um departamento de AI”.

Tabela 9 - Correlação entre as questões de H1

| H1 | Q. 2.1 | Q. 2.2 | Q. 2.8 |
|--------|--------|--------|--------|
| Q. 2.1 | 1 | 1 | 0,65 |
| Q. 2.2 | 1 | 1 | 0,65 |
| Q. 2.8 | 0,65 | 0,65 | 1 |

Fonte: Elaboração própria

Observa-se uma correlação perfeita entre as Q.2.1 “Existe manual de Controlo Interno?” e a Q. 2.2 “Existem procedimentos de Controlo Interno na empresa?” o que significa que as PME que possuem procedimentos de CI têm uma maior tendência para ter manual de CI. Sendo o manual de CI um procedimento de elevada importância, conclui-se que as PME possuem conhecimento sobre a importância do mesmo.

Verifica-se que a Q.2.2 “Existem procedimentos de CI na empresa?” tem uma correlação moderada positiva com coeficiente de 0,65 com a Q.2.8 “De que forma acha que a existência de um CI influencia positivamente os resultados da empresa?”, o que permite concluir que as PME que possuem procedimentos de CI têm uma maior propensão para achar que a existência de um CI contribui de forma positiva para os resultados da empresa.

Em suma, as PME Excelência do distrito de Faro têm conhecimento da importância do CI, portanto, H1 é válida.

De modo a analisar H2 “As PME Excelência do distrito de Faro conhecem a importância da AI” recorreu-se também ao coeficiente de correlação de Pearson. A tabela 10 apresenta os coeficientes obtidos entre as seguintes questões:

Tabela 10 - Correlação entre as questões de H2

| H2 | Q. 3.1 | Q. 3.2 | Q. 3.6 |
|--------|--------|--------|--------|
| Q. 3.1 | 1 | 0,11 | 0,37 |
| Q. 3.2 | 0,11 | 1 | 0,30 |
| Q. 3.6 | 0,37 | 0,30 | 1,00 |

Fonte: Elaboração própria

Ao analisar a correlação entre a Q. 3.1 “Tem noção do que trata o departamento de Auditoria Interna?” e a Q 3.2 “Existe departamento de AI?” conclui-se que estas possuem uma correlação fraca positiva, o que significa que há uma tendência positiva para que as PME com consciência do que trata o departamento de auditoria interna procedam à adoção do mesmo.

Apurou-se que a Q.3.1 “Tem noção do que trata o departamento de Auditoria Interna?” tem correlação, embora seja fraca positiva com um coeficiente de 0,37, com a Q.3.6 “De que forma acha que a existência de um departamento de Auditoria Interna contribui para o sucesso de uma empresa?” o que evidencia que quanto maior o número de PME com

consciência do que trata o departamento de AI maior o número de PME que consideram que a existência deste departamento influencia o seu sucesso.

Quanto à relação da Q. 3.2 com a Q.3.6, estas possuem uma correlação fraca positiva com coeficiente de 0,3, o que permite concluir que quanto mais forem as PME com departamento de AI mais serão as PME que acreditam no contributo da AI para o seu sucesso.

Face a estes resultados, H2 é válida.

Relativamente a H3 “As PME Excelência do distrito de Faro utilizam procedimentos de CI que contribuem para a concretização dos seus objetivos”, não foi necessário efetuar a sua validação através da correlação de Pearson, uma vez que as respostas às questões 2.4, 2.6 e 3.5 foram “Sim” em 100% da amostra e na questão 2.5 as respostas também foram favoráveis, sendo que 100% da amostra prioriza os controlos preventivos aos controlos detetivos.

Estes resultados comprovam a preocupação destas PME em adotar procedimentos de CI de forma a conseguirem um bom desenvolvimento dos seus processos e a concretização dos objetivos definidos.

Para a hipótese 4 “As PME Excelência do distrito de Faro consideram que a adoção de um CI tem impacto na sua certificação de excelência e na sua credibilidade empresarial” recorreu-se, de novo, à correlação de Pearson. De acordo com a tabela 11 os resultados obtidos são os seguintes:

Tabela 11 - Correlação entre as questões de H4

| H4 | Q. 4.1 | Q. 4.2 |
|--------|--------|--------|
| Q. 4.1 | 1,00 | 0,42 |
| Q. 4.2 | 0,42 | 1,00 |

Fonte: Elaboração própria

A Q.4.1 “Considera que o facto de ser PME Excelência lhe traz uma maior credibilidade no meio empresarial?” apresenta uma correlação fraca positiva, mas perto da moderada com um coeficiente de 0,42 com a Q. 4.2 “Considera que a existência de controlo interno ajuda a alcançar mais facilmente os requisitos para ser uma PME Excelência?” o que

permite concluir que as PME que acham que o CI ajuda a alcançar mais facilmente o estatuto de PME Excelência, têm uma maior propensão a achar que a certificação de excelência lhes traz uma maior credibilidade no meio empresarial. Concluindo, as PME Excelência do distrito de Faro consideram que o CI contribui de forma positiva para a certificação de excelência e por sua vez para a sua credibilidade empresarial, validando H4.

CONCLUSÕES GERAIS

A presente dissertação teve como principal objetivo estudar a importância do controlo interno nas pequenas e médias empresas. Devido a um conjunto de limitações existentes a gestão descarta muitas vezes a adoção de procedimentos de controlo interno.

Neste sentido, na revisão de literatura procurou-se evidenciar as funções, objetivos, vantagens e importância do controlo interno nas pequenas e médias empresas.

Pode afirmar-se que qualquer empresa, independentemente da sua dimensão, deve possuir um SCI eficaz de modo a alcançar os objetivos pretendidos. Sendo as pequenas e médias empresas de dimensão reduzida estão sujeitas a um maior número de limitações, por isso, deve ser a gestão a implementar um SCI adequado à realidade da sua empresa, contornando assim as dificuldades que possam existir. Para além disso, deve ser também o órgão de gestão o responsável pela manutenção do sistema de controlo interno.

Através das respostas ao questionário foi possível analisar os motivos que levam as PME a não utilizarem procedimentos de CI.

Das 7 PME que não utilizam procedimentos de CI, 5 afirmam ser por “falta de recursos humanos”, 4 responderam “decisão da gerência” e as restantes 2 responderam “limitação de recursos financeiros”.

No caso das PME que utilizam procedimentos de Controlo Interno, estas foram questionadas sobre quais os procedimentos que utilizam, sendo que a preocupação com pessoal qualificado apresenta o maior número de respostas (6). De seguida, 5 PME responderam que os procedimentos mais utilizados são as “contagens físicas”, “conformidade com leis e regulamentos”, “existência de um organograma com responsabilidades”, “controlo e aprovação de registos e transações” e “segregação de funções”. A “rotação de funcionários” apresenta um menor número de utilizadores, tendo sido mencionado apenas por 2 empresas.

Relativamente à perceção das empresas em análise sobre as vantagens do controlo interno, foi feita uma questão com várias hipóteses de resposta, sendo que as empresas poderiam responder a mais do que uma.

Nenhuma PME afirmou que o controlo interno não tem vantagens. A “otimização de recursos” e a “prevenção ou detenção de erros ou fraudes” foram as vantagens com maior número de respostas. De seguida, 9 PME mencionaram a “conformidade com leis e

regulamentos”. A “eficiência operacional” e a “segurança na veracidade e integridade da informação financeira” obtiveram 8 respostas. A “salvaguarda de ativos” foi mencionada apenas por 6 empresas.

Com o intuito de saber a opinião das PME quanto às limitações ao controlo interno, foi elaborada uma questão com várias opções de resposta, sendo que, mais uma vez, as PME poderiam responder a mais do que uma. A “relação custo/benefício” foi considerada a maior limitação por 9 das PME inquiridas. A “falta de interesse por parte da gestão” foi mencionada por 6 empresas, seguida da “dimensão da empresa” e da “existência de erro humano” que foram mencionadas por 5 empresas. Apenas 1 empresa acredita não haver qualquer limitação ao controlo interno.

A avaliação dos procedimentos de controlo interno deve ser efetuada pelo departamento de auditoria interna. Este é um conceito que se tem a redefinir ao longo do tempo, conforme as necessidades das empresas.

Inicialmente a auditoria interna focava-se na descoberta de erros e fraudes sendo que atualmente assume um papel de apoio à gestão na tomada de decisões e de melhoria dos processos das entidades.

Nos resultados obtidos através do questionário, é possível observar que as PME Excelência 2020 do distrito de Faro estão, de um modo geral, consciencializadas com o SCI. No entanto, ainda não se verifica uma total adesão por parte das PME às áreas do controlo interno e auditoria interna.

A relação custo-benefício continua a ser o maior entrave para as PME na implementação de um SCI, contudo, tanto o CI como a AI são áreas em crescimento e são cada vez mais procuradas pelos gestores para apoio no alcance de patamares de sucesso.

RECOMENDAÇÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A maior limitação ao presente trabalho foi a dificuldade na obtenção de respostas ao questionário por parte das PME Excelência do distrito de Faro. Uma outra limitação encontrada foi o facto de as questões feitas no questionário poderem ser mal interpretadas e por isso não serem respondidas com a maior veracidade e precisão.

Recomenda-se para investigações futuras o alargamento da área geográfica das PME para que seja possível obter uma amostra mais significativa. Também seria interessante

perceber junto das organizações se realmente são efetuados procedimentos de controlo interno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, B. J. M. (2019). *Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco* (3ª edição.). Escolar Editora.

Alves, J. J. S. (2015). *Princípios e prática de auditoria e revisão de contas*. (1ª edição). Edições Sílabo, Lda.

Amancio, I. C., Ruiz, S.P., Bernardinelli, J.P., Theodoro, J.L., Ferreira, G.R.S., & Montanhini, W. (2019). Auditoria e Controlo Interno em Pequenas Empresas. *Ensaios & Diálogos*. 12 (1). 23-41.

Badara, M. S. (2012). O Papel dos Auditores Internos na Garantia de um Controlo Financeiro Eficaz a Nível do Governo Local: O Caso da Alkaleri. *Revista de Pesquisa de Finanças e Contabilidade*. 3 (4), 57-70.

Banco de Portugal. (2019). Quadros do setor e quadros da empresa e do setor. Disponível em:

https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/2024100/docs/estudo_36_cb_2019_v2.pdf?reload=1578401603794.

Barreiro, M. M. (2007). Auditoria Interna - Aliada da estratégia empresarial. *Auditoria Interna- Revista trimestral*. (27).

Batista, D. F. F. (2016). *Os Rácios Financeiros e a Classificação do Cliente – Um estudo aplicado ao Millennium BCP*. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Borrego, M., Douglas, E. P., & Amelink, C. T. (2009). Qualitative, and Mixed Research Methods in Engineering Education. *Journal of Engineering Education*. 53-66.

Busetto, L. Wick, W., & Gumbinger, C. (2020). How to use and assess qualitative research methods. *Neurological Research and Practice*. 2 (14).

Choix, R. A., & Velazquez, C. E. A. 2012. Importance of Internal Control in Small and Medium Enterprises in Mexico. *Revista El Buzón de Pacioli*, 76, 1-17.

Comissão Europeia (2020). Guia do utilizador relativo à definição de PME. Disponível em: http://publications.europa.eu/resource/cellar/79c0ce87-f4dc-11e6-8a35-01aa75ed71a1.0013.01/DOC_1.

COSO. (2004). Enterprise Risk Management - Integrated Framework. Disponível em: <https://www.coso.org>.

COSO. (2013). Internal Control - Integrated Framework: Executive Summary. Disponível em: <https://www.coso.org/Shared%20Documents/Framework-Executive-Summary.pdf>

Costa, C. B. (2019). *Auditoria Financeira - Teoria & Prática*. (12ª edição). O Rei dos Livros

Crepaldi, M. R., & Bianchi, V. R. (2015). A importância da Auditoria Interna. *Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados*. 4 (10). 96-104.

Dimitrijevic, D., Milovanovic, V., & Stancic, V. (2015). THE ROLE OF A COMPANY'S INTERNAL CONTROL SYSTEM IN FRAUD PREVENTION. *E-Finanse*. Vol (11), 34-44.

Encarnação, C. F. G. (2009). *Indicadores económico-financeiros: Os impactos da alteração normativa em Portugal*. [Dissertação de Mestrado]. Iscte Business School.

European Commission. (2022). Annual Report on European SMEs 2021/2022 - SMES and environmental sustainability. Disponível em: https://www.ggb.gr/sites/default/files/basic-page-files/SME%20AR%202021_22_Final%20Report%20%282%29.pdf

Floriano, J. C., & Lozecky, J. (2008). A importância dos instrumentos de controle interno para a gestão empresarial. *UNICENTRO - Revista Eletrônica Lato Sensu*.

Francis, S., & Imiete, B. U. (2018). Internal Control System as a mechanism for effective fund management of Universities in Bayelsa State, Nigeria. *Global Journal of Social Sciences*.17, 77-91.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. (1ª edição). UFRGS.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6º edição). Editora Atlas.

Gomes, E. (2014). A Importância do Controlo Interno no Planeamento de Auditoria. *Revista da OROC*. Edição Trimestral (Janeiro/Março).

Gomes, I. M. (2013). *Como elaborar uma pesquisa de mercado*. (2ª edição). Casa de Editoração e Arte.

Gonçalves, A. (2015). Controlo Interno e a Liderança como Fator Diferenciador. *Revista da OROC*. Edição Trimestral (Julho/Setembro). 11.

Guimarães, P. R. B. (2012). Métodos Quantitativos Estatísticos. *IESDE Brasil*.

Head, G. L. (2009). Risk Management- Why and How. *International Risk Management Institute, Inc.* (972). 960- 7693.

Base de dados do IAPMEI, disponível em: <https://www.iapmei.pt/> . Acedido em abril 2022.

IAPMEI. (2015). Guia de Apoio à Utilização da Ferramenta de Autodiagnóstico Financeiro. Disponível em: [https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Assistencia-Tecnica-e-Formacao/Ferramentas/Autodiagnostico-financeiro-\(1\)/GuiaADF.pdf.aspx](https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Assistencia-Tecnica-e-Formacao/Ferramentas/Autodiagnostico-financeiro-(1)/GuiaADF.pdf.aspx).

IIA. (2009). Enquadramento internacional de práticas profissionais de Auditoria Interna. Disponível em: https://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf_2009_port_normas_0809_1252171596.pdf .

IIA. (2009). Position Paper: The Role of Internal auditing in Enterprise-Wide risk Management. Disponível em: <https://www.theiia.org/globalassets/documents/resources/the-role-of-internal-auditing-in-enterprise-wide-risk-management-january-2009/pp-the-role-of-internal-auditing-in-enterprise-risk-management.pdf>.

IIA. (2016). Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna. Disponível em:

https://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf_standards_2017_portuguese_iaa_global_1496232664.pdf.

Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2014). Manual de Auditoria Interna. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/transparencia/Manual_Auditoria_Interna.pdf.

Lopes, I. T. (2019). *Auditoria Financeira: do Controlo Interno ao Controlo Externo Independente*. Edições Almedina, S.A.

Magalhães, M. J., Amaral, P., & Ahmad, I. (2009). Manual de Auditoria Interna. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/av_au_docs_basic_au3.pdf.

Miecoanski, F. R., Palavecini, A.C. (2017). Rentabilidade e sustentabilidade empresarial dos bancos que negociam ações na BM & FBOVESPA. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*. 7 (3). 76-75.

Miranda, R. F. A. (2018). Implementando a Gestão de riscos no setor público. Escola Nacional de Administração Pública.

Mjaku, G. (2019). Control activity and monitoring as COSO framework elements and their impact on the performance of entity: case study republic of Kosovo. UBT International Conference.

Morais, G. & Martins, I. (2013). *Auditoria Interna: Função e Processo* (4ª Edição). Áreas Editora.

Neves, J. F. (2008). A importância de um sistema de controlo interno. *Revista "TOC"*. Edição Junho.

Norma Internacional de Auditoria 315 (Revista) - Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente. Acedido em Agosto 2022. Disponível em:

https://www.oroc.pt/uploads/normativo_tecnico/auditoria-normativo_ifac/Signed/Manual%20de%20Normas%201_OROC_2019.pdf .

Norma Internacional de Auditoria 610 (Revista) - Usar o trabalho de auditores internos. Acedido em Agosto 2022. Disponível em:

https://www.oroc.pt/uploads/normativo_tecnico/auditoria-normativo_ifac/Signed/Manual%20de%20Normas%201_OROC_2019.pdf .

Ortigara, L. M., & Filho, E. R. (2020). A decisão do gestor público, baseada nos controles interno, é eficiente? - gestão de risco como política pública. *Revista Tecnologia e Sociedade*. 16 (45). 284-299.

PORDATA, disponível em: <https://www.pordata.pt/>. Acedido em maio 2022.

PriceWaterhouseCoopers. (2007). COSO - Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada. Disponível em: <https://auditoria.mpu.mp.br/pgmq/COSOIIRMEExecutiveSummaryPortuguese.pdf>.

Proetti, S. (2017). As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. *Revista Lumen*. 2 (4).

Ramalho, M. R. (2018). *A qualidade da Auditoria: as Big Four*. [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Recomendação 2003/361/CE de 06 de maio. Disponível em: <https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Certificacao-PME/Recomendacao-da-Comissao-2003-361-CE.pdf.aspx>

Reinoite, A. R. D. (2014). *Proposta de Implementação da Função de Auditoria Interna no Agrupamento de Escolas José Saraiva*. [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Santos, C. (2018). *Estatística Descritiva- Manual de Auto- Aprendizagem*. (3ª edição). Edições Sílabo, Lda.

Santos, E. M. F. (2015). *O sistema de CI e a qualidade da auditoria* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Aveiro.

Santos, R. S., Vale, C.P., Bogoni, B., & Kirkegaard, P. H. (2021). Abordagem, projetos e métodos de investigação qualitativa em contexto educacional. *Investigação Qualitativa em Educação- Avanços e Desafios*. 7. 181-189.

Silva, L. M. C. M. F. (2020). *Auditoria e Criação de Valor: Estudo sobre a Região Autónoma dos Açores* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Sousa, A. (2019). Coeficiente de correlação de Pearson e Coeficiente de correlação de Spearman. O que medem e em que situações devem ser utilizados?. *Correio dos Açores Matemática*, p. 19.

Tribunal de Contas. (1999). Manual de auditoria e de procedimentos. Disponível em: https://www.tcontas.pt/pt-pt/NormasOrientacoes/ManuaisTC/Documents/Manual_vol1.pdf.

APÊNDICE

Apêndice I - Questionário

Questionário de investigação



O presente questionário surge no âmbito da dissertação de Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e visa estudar a importância e influência do Controlo Interno nas PME Excelência 2020 do distrito de Faro.

Todos os dados disponibilizados serão confidenciais e tratados apenas para efeitos desta dissertação. Os resultados serão ainda analisados de forma agregada, não expondo a individualidade dos inquiridos. Agradeço desde já a sua colaboração.

1. CARATERIZAÇÃO DA EMPRESA

1.1 Qual a dimensão da empresa? *

- Microempresa
- Pequena empresa
- Média empresa

1.2 Qual o setor de atividade em que a empresa está inserida? *

- Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca
- Indústria
- Construção
- Comércio
- Transporte
- Alojamento, restauração e similares
- Educação
- Serviços
- Outra: _____

1.3 Qual o nº de funcionários? *

- Entre 0 e 10
- Entre 10 e 50
- Mais de 50

1.4 Qual o volume de negócios apresentado em 2020? *

A sua resposta _____

2. CONTROLO INTERNO

2.1 Existe um manual de Controlo Interno? *

Sim

Não

2.2 Existem procedimentos de Controlo Interno na empresa? *

Sim

Não

Existência de Procedimentos de Controlo Interno

2.3 Indique quais os procedimentos de Controlo Interno utilizados *

Segregação de funções

Controlo e aprovação de registos e transações

Existência de um organograma com responsabilidades definidas

Pessoal qualificado

Conformidade com leis e regulamentos

Contagens físicas periódicas

Rotação de funcionários

2.4 O órgão de gestão acompanha o desenvolvimento e resultados destes procedimentos? *

Sim

Não

2.5 São usados mais controlos preventivos ou detetivos? *

- Controlos preventivos
- Controlos detetivos

2.6 Quando são detetadas anomalias, existem ações corretivas?

- Sim
- Não

Inexistência de Procedimentos de Controlo Interno

2.7 Se respondeu não na questão anterior refira qual/quais o/os motivo/s *

- Desconhecimento
- Limitação de recursos financeiros
- Falta de recursos humanos
- Decisão da gerência

2.8 De que forma acha que a existência de um Sistema de Controlo Interno influencia os resultados da empresa? *

- | | | | | | | |
|-------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
| Pouco | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Muito |

2.9 Na sua opinião, quais são as principais vantagens de um Sistema de Controlo Interno eficaz? *

- Prevenção ou deteção de erros ou procedimentos fraudulentos
- Conformidade com as leis e regulamentos
- Otimização de recursos
- Eficiência operacional
- Assegurar a veracidade e integridade da informação financeira
- Salvaguarda de ativos
- Não tem vantagens

2.10 Na sua opinião, quais são as principais limitações à existência de um Sistema de Controlo Interno? *

- Relação custo/benefício
- Existência de erro humano
- Falta de interesse por parte da gestão
- Dimensão da empresa
- Não existe qualquer limitação

3. Auditoria Interna

3.1 Tem noção do que trata o departamento de Auditoria Interna? *

- Sim
- Não

3.2 Existe departamento de Auditoria Interna? *

- Sim
- Não

Existência de departamento de Auditoria Interna

3.3 Se respondeu sim na questão anterior, quantas pessoas compõem o departamento de Auditoria Interna? *

A sua resposta

3.4 Em que áreas incide o departamento de Auditoria Interna? *

- Financeiro/Operacional
- Qualidade/Processos
- Gestão de Riscos
- Todas as opções anteriores

3.5 O Auditor Interno comunica por escrito ao Órgão de Gestão as deficiências identificadas no Controlo Interno?

- Sim
- Não

3.6 De que forma acha que a existência de um departamento de Auditoria Interna contribui para o sucesso de uma empresa? *

- | | | | | | | |
|-------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
| Pouco | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Muito |

4. PME Excelência

4.1 Considera que o facto de ser PME Excelência lhe traz uma maior credibilidade no meio empresarial? *

Sim

Não

4.2 Considera que a existência de um Sistema de Controlo Interno ajuda a alcançar mais facilmente os requisitos para ser uma PME Excelência? *

Sim

Não

Muito obrigado pelo seu contributo